

RELATORIO



APRESENTADO AO EX.^{mo} SR.

Dr. Francisco Xavier da Silva

GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ

PELO

Dr. João Baptista da Costa Carvalho Filho

Secretario de Obras Publicas e Colonisação

— EM —

28 DE OUTUBRO DE 1895



CORITIBA

Impressora Paranaense—Rua do Riachuelo N. 19

1896



Secretaria de Obras Publicas e Colonização

Sr. Governador

Cabe-me, ainda uma vez, o dever constitucional de relatar a V. Exa. o estado dos serviços sujeitos à minha superintendencia, no prazo que decorre de 1.º de Outubro do anno passado à esta data.

Cumpro-o possuido de justo desvanecimento por me ser dado afirmar a V. Exa. que, neste lapso de tempo, taes serviços, dos quaes dependem directamente, o desenvolvimento e conseqüente progresso do Estado, depois de uma phase de inteira perturbação, qual a do começo do anno passado, tomaram, afinal, o impulso indispensavel e necessario.

De facto; com o restabelecimento da paz e do governo constitucional, os trez ultimos mezes do anno de 1894 e todo anno corrente teem se assignalado pelo rejuvenecimento da actividade e regularidade de todos os serviços da administração publica sem exclusão d'aquelles que dizem respeito aos melhoramentos materiaes do Estado e que constituem a especialidade da Secretaria à meu cargo.

Secretaria

Creada pela Lei n. 1 de 27 de Abril de 1892, organizada pelo Regulamento de 20 de Maio do mesmo anno, mais tarde, pela Lei n. 120 de 15 de Dezembro de 1894, foi o Poder Executivo auctorizado a reorganisa-la com o pessoal de um Director Geral, dois Chefes de Secção, dois Auxiliares Technicos, um Desenhista, quatro Officiaes, um Porteiro e um Continuo, podendo dispender com estes funcionarios até a quantia de trinta e um contos e quinhentos mil reis.

Servindo-me de tal auctorisação submetti a approvação e a assignatura de V. Exa. o Regulamento a que se refere o Decreto n. 13 de 27 de Dezembro de 1894.

Neste Regulamento, procurando dar melhor organização à Secretaria, de accordo com as conveniências do serviço publico, dispuz sobre attribuições do Secretario; funcionarios, suas nomeações, attribuições, deveres, vencimentos, vantagens, substituições, licenças, penas; ordem, e, finalmente, processo do serviço interno.

A quantia de trinta e um contos e quinhentos mil reis, designada pela citada Lei n. 120, para ser dispendida com os funcionarios, se bem que me tivesse impedido de organizar, como era do meu desejo, a secção technica, com pessoal elevado ao dobro, foi, entretanto, distribuida de forma a mais conveniente e equitativa, como passa V. Exa. a ver pelo quadro seguinte:

	Categorias	Ordenados	Gratificações	Total	Observações
Directoria	DIRECTOR GERAL . .	3:000\$000	4:500\$000	4:500\$000	Vencimento augmentado em 500\$000
	OFFICIAL	4:200\$000	600\$000	4:800\$000	
1.ª Secção (Technica)	CHEFE DE SECÇÃO (ENGENHEIRO) . .	2:666\$664	4:333\$336	4:000\$000	Cargo creado pelo Regulamento
	AUXILIAR TECHNICO .	2:400\$000	4:200\$000	3:600\$000	
	AUXILIAR TECHNICO .	2:400\$000	4:200\$000	3:600\$000	
	DESENHISTA	2:400\$000	4:200\$000	3:600\$000	
	OFFICIAL	4:200\$000	600\$000	4:800\$000	Idem
2.ª Secção	CHEFE DE SECÇÃO . .	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	Idem
	OFFICIAL	4:200\$000	600\$000	4:800\$000	
	OFFICIAL	1:200\$000	600\$000	1:800\$000	
Portaria	PORTEIRO	800\$000	400\$000	1:200\$000	
	CONTINUO	533\$336	266\$664	800\$000	
	TOTALS	21:000\$000	10:500\$000	31:500\$000	

Destes, excluidos os Chefes de Secção e Official da 1.ª Secção, cujos cargos foram creados e, portanto, determinados os vencimentos que a cada um devia competir, apenas o Director Geral da Secretaria teve um augmento de quinhentos mil reis em seus primitivos vencimentos.

Julguei de bom alvitre deixar os officiaes em uma só categoria e extinguir as de primeiros e segundos, pois, uns e outros tinham, por lei, os mesmos deveres e obrigações.

Pessoal

Os diversos cargos d'esta Secretaria se acham preenchidos pelos seguintes senhores :

Director: — José Correia de Freitas que a 8 de Junho do corrente anno veio substituir Militão José da Costa, fallecido a 30 de Maio.

Chefe da 1.ª Secção: — Engenheiro Carlos Borromei.

Chefe da 2.ª Secção: — Evaristo Martins Franco.

Auxiliares technicos: — Agrimensores Fernando Müller e Jorge Galdino Nunes da Costa.

Desenhista: — Marcos Leschand.

Officiaes: — Eugenio Müller Caillot, Francisco Cezar Espinola Junior, Agostinho Pereira de Almeida e Custodio Monteiro Braga.

Porteiro: — Joaquim Castilho Gomes de Medeiros.

Continuo: — Benedito Candido.

Estes funcionarios com a maior boa vontade, actividade e zelo tem cumprido com os seus deveres.

Pessoal addido

Continua addido á esta Secretaria o funcionario da Secretaria d'Estado dos Negocios das Finanças, Commercio e Industria — Mariano de Almeida Torres, encarregado da cobrança da divida colonial.

Por portaria de 5 de Fevereiro do corrente anno mandei addir, tambem á esta Secretaria, para o fim de auxiliar o encarregado da cobrança da referida divida, o official João Chrisostomo de Mattos da Inspectoria Geral de Colonisação do Estado.

Nomeações

Dentro do espaço de um anno, contado de 1.º de Outubro do anno passado á presente data, foram nomeados para diversos cargos d'esta Secretaria e demais Repartições que lhe são subordinadas os seguintes senhores :

— Por actos:



- Ns. 402 e 403 de 6 de Outubro do anno passado João Ferreira Gomes e Antonio Jose Vajira, zeladores da estrada da Graciosa; o primeiro, do kilometro 0 ao 40; o segundo, deste ultimo ao 80;
- N. 406 de 15 do mesmo mez e anno, João Elias de Moura, passador da Balsa do Rio Assunguy de Cima;
- Ns. 408 e 109 de 27 ainda do mesmo mez, João Baptista Correia, feitor dos serviços de conservação da estrada da Lapa ao Rio Negro e da Matta, e Rosalino Antonio de Souza, passador da Balsa d'este rio;
- N. 410 de 10 de Novembro do mesmo anno, Antonio Rossignoli, feitor dos serviços de conservação da estrada do Tiêté;
- N. 413 de 28 de Dezembro do mesmo anno, Eugenio Müller Caillot, official da 1.ª secção d'esta Secretaria;
- N. 414 de 29 do mesmo mez, Evaristo Martins Franco, chefe da 2.ª secção da Secretaria;
- N. 415 de 4 de Janeiro d'este anno, Custodio Monteiro Braga, official interino da 2.ª secção da Secretaria;
- Ns. 417, 419 e 420 de 17 do mesmo mez, Dr. José Gomes do Amaral, medico da Hospedaria de Immigrantes da capital, major João Gualberto Bittencourt, administrador dos serviços de construcção da estrada do Serro Azul e Engenheiro Carlos Borrromei, chefe da 1.ª secção da Secretaria;
- Ns. 423, 424, 425 e 426 de 21, ainda do mesmo mez, Engenheiro Aristides Pereira Liberato, Inspector Geral de Colonisação, Marciano Theodozio da Cunha Bittencourt, escripturario da Inspectoria Geral de Colonisação do Estado, João Chrisostomo de Mattos e Vicente Ferreira Dias, officiaes da mesma Inspectoria, Joaquim dos Santos Gama, chefe da commissão de localisação de immigrantes no Rio Negro, João Baptista de Castro e Silva, chefe da commissão de localisação do Iguassú, João Gonçalves de Loyola e Thiago Candido Correia, porteiro e contínuo da referida Inspectoria de Colonisação do Estado;
- Ns. 428 e 429 de 2 de Fevereiro do mesmo anno, Sebastião Müller, encarregado dos serviços de conservação da estrada do Matto Grosso, entre o kilometro 0 e 42 e Aurelio Ribeiro de Campos, conservado no cargo de administrador da Hospedaria de immigrantes da capital;
- Ns. 430 e 131 de 8 do mesmo mez, José Salé, administrador da Hospedaria de immigrantes de Paranaguá, Julio Pernetta, ajudante do administrador da Hospedaria da capital, Bernardo Flegi-coski, guarda d'esta ultima e Lino Correia da de Paranaguá;
- N. 433 de 9 do mesmo mez, Bernardino Gonçalves de Assumpção, ajudante da commissão de localisação de immigrantes no Rio Negro;
- Ns. 437 e 138 de 13 tambem do mesmo mez, Abilio Brandão, ajudante da commissão de localisação de immigrantes do Iguassú e Paulo Cloginski, para o mesmo cargo no Rio Negro, interinamente;
- N. 439 de 14 tambem do mesmo mez, Francisco Borges de Macedo, feitor dos serviços de conservação da estrada de rodagem do Porto da União da Victoria ao Jangada;
- N. 440 de 16 ainda do mesmo mez, Militão José Pedroso, feitor dos serviços de conservação da estrada entre Ponta Grossa e Conchas;
- N. 446 de 14 de Março do mesmo anno, Francisco Will, passador da balsa do Rio Negro;
- Ns. 447 e 148 de 20 do mesmo mez, Laudelino Ferreira de Miranda, ajudante da commissão de localisação no Rio Negro, por ter sido exonerado n'esta data o que exercia este cargo, e Alfredo d'Oliveira Vianna, ajudante da commissão do Iguassú, por ter sido cassada a nomeação do primeiro nomeado;
- N. 450 de 21 do mesmo mez, Engenheiro Arthur Napoleão de Barros, auxiliar tecnico da Secretaria, cuja nomeação foi cassada por acto de 23 de Abril por não ter solicitado o titulo, dentro do praso legal;
- N. 456 de 9 de Abril do mesmo anno, Laurindo Bandeira, passador da balsa do rio Potinga;
- N. 468 de 23 do mesmo mez, agrimensor Adalberto Gelbeck auxiliar tecnico da Secretaria cuja nomeação foi declarada sem effeito por não ter tambem solicitado o titulo dentro do praso legal;
- N. 480 de 6 de Junho do corrente anno, Custodio Monteiro Braga, official effectivo da Secretaria por ter se habilitado em concurso;
- N. 483 de 8 do mesmo mez, José Corrêa de Freitas, Director Geral d'esta Secretaria;
- N. 494 de 18 do mesmo mez, Jorge Galdino Nunes da Costa, auxiliar tecnico da Secretaria; e, finalmente,
- N. 499 de 20 de Julho, João Affonso Fernandes, porteiro da Inspectoria Geral de Colonisação.

Exonerações

No mesmo espaço de tempo, foram exonerados:

A pedidos;

— Por actos:

De 15 de Outubro do anno passado, Jorge Geffer, passador da balsa do rio Assunguy de Cima;

De 28 de Fevereiro do corrente anno, João Baptista Correia, feitor dos serviços de conservação da estrada da Lapa ao Rio Negro e da Matta;

De 20 de Março, Bernardino Gonçalves de Assumpção, ajudante da commissão do Rio Negro ; e, finalmente ;

De 13 de Junho, João Gonçalves de Loyola, porteiro da Inspectoria Geral de Colonisação do Estado.

Foi tambem dispensado por portaria de 20 de Maio do corrente anno o major João Gualberto Bittencourt, administrador dos serviços de construcção da estrada do Serro Azul.

Licenças

Por acto de 14 de Janeiro d'este anno o então Director Geral da Secretaria Militão José da Costa, obteve trez mezes de licença para tratar de sua saude, com ordenado apenas, na forma disposta na primeira parte do n. 1 do Art. 42 do Regulamento que baixou com o Dec. n. 43 de 27 de Dezembro de 1894.

Por acto de 17 de Abril Thiago Candido Correia, continuo da Inspectoria Geral de Colonisação do Estado, obteve 30 dias de licença com ordenado, tambem para tratar de sua saude fora do Estado.

Por acto de 11 de Junho o official da 2.ª secção da Secretaria Custodio Monteiro Braga conseguiu trez mezes de licença, para tratamento de sua saude, fora do Estado.

Finalmente, por acto de 19 de Agosto o ajudante do administrador da Hospedaria de immigrants da capital, Julio Pernetta, obteve um mez de licença, conseguindo depois prorogação por mais outro mez. Como as outras, fora concedida em vista de attestado medico, para tratar de sua saude, onde lhe conviesse.

Predio da Secretaria

Continua a funcionar esta Secretaria em um dos lances do pavimento terreo do palacio do Governo. Sendo inteiramente escassas as acomodações de que dispunha, mandei preparar a casa de madeira situada no centro do pateo do lado direito do palacio, onde antigamente era montada a typographia official, e ali consegui acomodar a 1.ª secção.

Ainda assim são por demais insufficientes os predios aproveitados e a boa ordem de serviço continua a reclamar a mudança da Secretaria para predio especial e espaçoso.

Archivo

O archivo é já crescido. Acha-se a cargo do official da 2.ª secção Agostinho Pereira de Almeida. Nelle são methodicamente guardados todos os papeis de processo findo. Julgo de toda conveniencia o restabelecimento do cargo de Archivista, com a cathogoria de official.

Trabalhos da Secretaria

Pela relação que me foi fornecida pela Directoria Geral verifica-se que no praso de um anno foram executados os seguintes trabalhos :

Officios expedidos	4.283
Minutas para archivar	4.283
Titulos de legitimação de posse	21
» definitivos a colonos	518
» de licença	5
» de nomeação	60
Termos de promessa	60
Registros de licenças e nomeações	65
» de titulos de terra	539
Decretos	18
Regulamentos	2
Guias para pagamento da divida colonial	518
Certidões	42
Portarias	41
Registros de terras	4.472
Requerimentos entrados	3.409
Despachos proferidos	766
Total	40.474

Nesta relação não foram comprehendidas copias, mappas, orçamentos e informações.



Do meu relatório de 4.º de Outubro do anno passado consta relação identica que comprehendeo, entretanto, o espaço de tempo de um anno e nove mezes, decorrido entre 4.º de Janeiro de 1893 e aquella data.

A somma total dos trabalhos executados attingira, então, a 3.063, ou menos 7.441 que a actual. E' evidente, pois, que o serviço da Secretaria se acha consideravelmente augmentado.

Leis sancionadas

Foram sancionadas diversas resoluções do Congresso Legislativo do Estado.

São as seguintes:

Lei n. 118 de 11 de Dezembro do anno passado: Auctorizou o Poder Executivo a dispender até a quantia de dez contos de reis com a construcção de uma estrada que partindo da villa de Thomazina vá ao Jacarésinho.

Lei n. 120 de 15 do mesmo mez: Auctorizou o Poder Executivo a reorganisar a Secretaria de Obras Publicas e Colonisação.

Lei n. 121 do mesmo dia, mez e anno: Auctorizou o Poder Executivo a dispender até a quantia de oito contos de reis com os concertos da Igreja Matriz e Cemiterio da cidade da Lapa, damnificados com o cerco que soffreu aquella cidade por occasião do ataque das forças revolucionarias, em Janeiro e Fevereiro do anno passado.

Esta Lei tambem auctorizou o Poder Executivo a dispender a quantia de um conto de reis com os concertos da Capella de Nossa Senhora do Rocio, igualmente damnificada, na cidade de Paranaguá.

Lei n. 125 de 22 do mesmo mez; Abriu um crédito de vinte contos de reis, a verba do § 3.º do Art. 4.º da Leiorçamentaria então em vigor para occorrer os pagamentos de despezas com o serviço «Cathechese de indios» nos exercicios passados de 1892, 1893 e 1894.

Lei n. 133 de 28, ainda do mesmo mez e anno: Auctorizou o Poder Execetivo a contractar a construcção de uma estrada de ferro, que partindo desta capital se dirija ao Serro Azul com um ramal para o Assunguy de Cima.

Lei não sancionada

Foram publicadas, dentro do praso constitucional, conjunctamente com o projecto de Lei, as razões pelas quaes V. Exa. negou sancção a resolução do Congresso Legislativo que mandava observar a Lei n. 68 de 20 de Dezembro de 1892 e Regulamento de 8 de Abril de 1893, alterados em diversos pontos. O autographo do projecto, acompanhado das referidas razões, foi devolvido ao Congresso Legislativo.

Concurso

Achando-se vago o lugar de official da 2ª secção da Secretaria, de accordo com o cap. III secção I do Regulamento que baixou com o Dec. n. 13 de 27 de Dezembro de 1891, mandei annunciar por edital o concurso, determinado o praso legal para inscripção.

Habilitaram-se ao referido concurso os Srs. Custodio Monteiro Braga e Joaquim Castilho Gomes de Medeiros.

No dia marcado tiveram começo as provas, deixando de comparecer o segundo dos candidatos.

A banca examinadora composta do Sr. Director da Secretaria, como presidente, e dos Srs. José Corrêa de Freitas e Francisco de Paula Guimarães, como examinadores, approvou o primeiro dos candidatos a quem se expedia titulo de nomeação effectiva para o referido cargo.

Direcção e fiscalisação dos serviços

Antes de terminar a primeira parte d'este relatório, seja-me permittido chamar a attenção de V. Ex. para um ponto que julgo e, effectivamente, é de importancia capital: A direcção e fiscalisação dos serviços de obras publicas estão a cargo de tres profissionaes de que dispõe a Secretaria.

Não preciso me estender para deixar patente que este numero é por demais insignificante para attender, como convem, a todos os serviços.

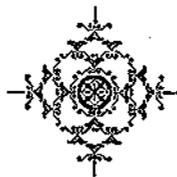
Tem acontecido que, um só engenheiro, ache-se incumbido da direcção ou fiscalisação de dois ou mais serviços e obrigado a, embora por dias, abandonar um, para attender a outros; enquanto que, o trabalho de escriptorio, é inteiramente sacrificado, com a sua ausencia da Secretaria.

Sem enumerar o serviço de conservação e de reconstrução de estradas que é feito, muitas vezes, sem um orçamento previo; devido a falta de pessoal, e os demais de construção de pequenas pontes e estradas, actualmente, existem em construção a ponte de lastro metallico, no Rio Negro, as estradas de rodagem de Guarapuava e Serro Azul, o Quartel do Regimento de Segurança, o Lazareto em Paranaguá, e outros; alguns dos quaes, como o da estrada de Guarapuava, para sua boa ordem, têm exigido e occupado dois profissionaes.

Assim, me parece de inadiavel necessidade o augmento do pessoal tecnico, tanto mais si attendermos que vão ter começo breve serviços de grande importancia que exigirão a mais constante e severa direcção ou fiscalisação.

O pessoal actual compõe-se de um engenheiro chefe e dois auxiliares e o indispensavel será de quatro engenheiros e quatro auxiliares, alem do desenhista.

Com este accrescimo e elevação dos vencimentos actuaes, dividido o pessoal em secções, conforme a natureza do serviço, mais minuciosas e constantes serão a fiscalisação e a direcção dos serviços de obras publicas, com os quaes dispende o Estado elevadas sommas, annualmente. E' preciso por este lado alargar um pouco as despesas para que ellas diminuam por outro. Haverá compensação.





Pontes

Ponte sobre o rio Iapó

Estão terminados os serviços de construção d'esta grande ponte, incontestavelmente uma das mais importantes obras, até hoje, levadas a efeito pelo Governo do Estado.

Mede 174 metros de comprimento e 3 de largura e assenta sobre 42 pilares de alvenaria, inclusive os dois pegões em arco, tudo solidamente construído.

Ligando dois bairros da importante cidade de Castro, separados, até então, pelas águas do rio Iapó, esta ponte constituirá o melhor attestado do quanto de esforço e boa vontade ha empregado a administração para o fim de melhorar a viação publica do Estado.

Como já tive occasião de dizer a V. Ex., em meo relatório passado, para a construção da ponte, de accordo com o orçamento e projecto da Secretaria, foram firmados tres contractos com Andre Petrelli:

O 1º a 5 de Outubro de 1892, para a construção de seis pilares pela quantia de 33:386\$133.

O 2º a 18 de Fevereiro de 1893, para a construção de mais quatro pilares pela quantia de rs. 12:319\$334;

O 3º a 10 de Junho do mesmo anno para a construção de dois pegões com arcos de tijolos e superstructura de madeira pela quantia de rs. 34:368\$401.

Houve necessidade de alteração do projecto primitivo e a despeza, com a construção dos dez pilares de que tratão os contractos de 5 de Outubro de 1892 e 18 de Fevereiro de 1893, que devia importar em 45:945\$464 subio á rs. 47:473\$186.

Pelos quadros organizados pelo fiscal dos serviços e que vão abaixo, melhor poderá V. Ex. verificar os serviços que foram executados, em cumprimento do ultimo contracto, para conclusão dos trabalhos da ponte.

QUADRO N. I

I—PEGÃO—LADO DE CASTRO

	Quantidade	Preço da unidade	Importancia
A—MOVIMENTOS DE TERRA.			
1—Velho aterro desmanchado (Allegado A do orçamento) m ²	261,56		
2—Escavação em roda do pegão (idem) »	1453,21 m ²	1.444,77	700 rs. 990\$339
3—Idem para as fundações do pegão e muros de sustento do aterro:			
a)—Em terra secca »	104,48	1.000 »	104\$480
b)—Em terra humida »	104,49	2.000 »	208\$960
Total do movimento de terra »	1.623,74		
B—ESCORAMENTO.			
Escoramento das fundações do pegão (Allegado B do orçamento) . . m. ²	442,00	500 »	56\$000
C—ESGOTAMENTO.			
Esgotamento das aguas das fundações do pegão horas	240	500 »	420\$000
A transportar			Rs. 4:479\$779

	Quantidade	Preço da unidade	Importancia
Transporte			4:479\$779
D—ALVENARIAS.			
1—Em concreto :			
a)—Fundações do pegão m. ²	9,38		
b)—Idem do 2º pilar do arco »	7,44	46,82	40.000 rs. 672\$800
2—Em pedra com argamassa de cimento :			
Fundações do pegão e dos 2 pilares do arco »	68,56	32.000	» 2:193\$920
3—Em pedra com argamassa de cal como no orçamento (alvenarias acima do respalde da sapata) m. ²	499,92		
A deduzir—Pedra de cantaria e aparelho »	41,94	48.000	» 3:381\$180
4—Em tijolos com argamassa de cal :			
a)—Abobada, como no orçamento »	27,76		
b)—Coroamento do pegão e dos muros de arrimo »	3,74		
c)—Parapeitos e pilares »	49,72	51,22	30.000 » 4:536\$600
5—Em pedra de cantaria »	8,50	40.000	» 310\$000
6—Em pedra de aparelho »	13,65	60.000	» 939\$000
Total—alvenarias »	<u>348,76</u>		
E—REJUNTAMENTO.			
1—A mosaico da alvenaria em pedra—Como no orçamento . . m. ²	424,43	500	» 62\$065
2—Rejuntamento da alvenaria em tijolos—Arcos e parapeitos . . »	76,80	4.000	» 76\$800
Total—rejuntamento »	<u>200,93</u>		
F—ARMAÇÕES.			
Armação de madeira para construcção do arco (V. planta e detalhes)			250\$000
Total »			40:935\$444
A deduzir—Valor da pedra do velho pegão, como no orçamento m. ²	39,00	6.000	» 234\$000
			» 40:701\$144
Eventuaes 5 %			533\$057
Valor total do pegão			Rs. 44:236\$201

QUADRO N. II

II—PEGÃO—LADO DE JAGUARIAHYVA

	Quantidade	Preço da unidade	Importancia
A—MOVIMENTOS DE TERRA.			
1—Velho aterro desmanchado (Alleg.º C do orçamento) m. ²	645,25		
2—Excavações para esgotar as aguas que passam pelo arco do pegão (Allegado C do orçamento) »	431,23		
3—Emprestimos para completar os aterros »	247,00	m. ² 993,53	700 rs. 695\$474
4—Excavações para as fundações do pegão e muros de arrimo :			
a)—Em terra secca »	51,37	4.000	» 51\$370
b)—Em terra humida »	51,37	2.000	» 102\$740
Total—movimentos de terra »	<u>4.096,27</u>		
B—ESGOTAMENTO.			
Esgotamento das aguas das fundações do pegão horas	160	500	» 80\$000
C—ALVENARIAS.			
1—Em concreto :			
Fundações dos 2 pilares do arco acima das grades de madeira m. ³	44,88	40.000	» 595\$200
2—Em pedra com argamassa de cimento :			
Fundações do pegão e pilares do arco »	36,92	32.000	» 4:184\$440
3—Em pedra com argamassa de cal :			
Alvenarias acima do respalde da sapata m. ³	247,20		
A deduzir—Pedra de cantaria e aparelho »	44,94	235,29	48.000 » 4:235\$220
A transportar »	287,09		Rs. 6:944\$444



	Quantidade	Preço da unidade	Importancia
Transporte	m. ³ 257,09		
4—Em tijolos com argamassa de cal:			
a)—Aboboda, como no orçamento	m. ³ 27,76		
b)—Coroamento do pegão e dos muros de arrimo »	4,26		
c)—Parapeitos e pilares	» 22,42	54,44	30.000 rs. 1:633\$250
5—Em pedra de cantaria	» 8,30	40.000 »	340\$000
6—Em pedra de aparelho	» 15,65	60.000 »	939\$000
Total—alvenarias	» 365,68		
E—REJUNTAMENTO.			
1—A mosaico da alvenaria em pedra, como no orçamento	m. ² 124,43	500 »	62\$065
2—Rejuntamento da alvenaria em tijolos—Arcos e parapeitos	» 94,40	4.000 »	94\$100
Total—rejuntamento	» 218,83		
F—ARMAÇÕES.			
1—Grades de madeira para a base das fundações dos 2 pilares do arco			
a)—Vigas de embuia	m. ¹ 67,20	7.000 »	470\$400
b)—Parafuzos	n. ^o 32 —	2.188 »	70\$016
2—Armação de madeira para construção do arco (V. planta e detalhes)			250\$000
Total			40:797\$322
A deduzir—Valor da pedra do velho pegão	m. ³ 52,60	8.000 »	315\$600
Eventuaes 5 %			524\$096
Valor total do pegão		Rs.	41:006\$018

QUADRO N. III

III—SUPERSTRUCTURA DA PONTE

1—Valor da superstructura, segundo o orçamento	Rs.	45:352\$739
2—Augmento de 23 pranchões para o soalho, por ter sido determinado se collocar os pranchões sem intervallo, afim de poder cobrir a ponte com uma camada de terra, a 5\$500 réis cada um	»	126\$500
3—Augmento proveniente da modificação da grade do corrimão, como resulta do orçamento adjunto, em data de 2 de Março de 1893	»	2:764\$800
4—Calçada em pedra secca na entrada e na saída da ponte, m. ² 20,00 a 6\$000	»	120\$000
5—Andaimes para armação do vigamento do arco central, que não tinham sido calculados no orçamento primitivo (Valor da madeira e da mão de obra)	»	500\$000
Total	»	48:864\$039

QUADRO N. IV

IV—TRABALHOS EXTRA-CONTRACTO

1—Cerca nos dous aterros na entrada e na saída da ponte	Rs.	350\$000
2—Gramado do talude dos aterros	»	200\$000
3—Boeiro na entrada da ponte, como resulta do orçamento	»	962\$568
4—Valor das madeiras velhas que forão empregadas na ponte provisoria e das quaes o empreiteiro requer que seja indemnizado, segundo as clausulas do contracto, como resulta do inventario feito pelo desenhista Sr. Leschaut, em data de 20 de Setembro de 1894	»	2:661\$810
Total	»	4:174\$378

QUADRO N. V

Pegão—lado de Castro	{ Quadro n. I }	Rs.	41:236\$201
Dito—lado de Jaguariahyva	{ » » II }	»	44:006\$018
Superstructura da ponte	{ » » III }	»	48:864\$039
		»	41:406\$238
A deduzir—Abatimento de 10 % sobre os preços do orçamento, proposto e aceito pelo empreiteiro		»	4:140\$625
		»	36:99\$663
Trabalhos extra-contratto (Quadro n. IV)		»	4:174\$378
Importancia total da obra executada de conformidade com as clausulas do contracto assignado pelo empreiteiro em data de 10 de Junho de 1893		»	41:170\$044

QUADRO N. VI

QUADRO comparativo entre o orçamento primitivo e modificações successivas e o valor total da obra construída.

INDICAÇÃO DAS OBRAS	IMPORTANCIA		OBSERVAÇÕES
	Segundo o orçamento primitivo e as modificações successivas.	Da obra executada	
1—Valor dos 10 pilares da ponta provisoria	53:703\$040	52:613\$093	{ Orçamento primitivo em data de 16 de Agosto de 1892. { Modificação ao orçamento primitivo em data de 27 de Março de 1893. { Modificação ao orçamento primitivo em data de 15 de Abril de 1893 e orçamento para modificação da grade e corrimão em data de 2 de Março de 1893.
2—Valor dos dois encontros com arcos de tijolos	49:500\$705	22:242\$219	
3—Valor da superstructura em madeira	45:353\$739	18:864\$039	
		93:721\$353	
A deduzir—Abatimento de 10 % sobre os preços do orçamento, proposto e aceito pelo empreiteiro.		9:372\$135	
		84:349\$218	
4—Trabalhos adjuntos		4:174\$378	{ Inventario das madeiras feito pelo Sgr. Lechand, em data de 20 de Setembro de 1894 e orçamento para a construcção do Boeiro na entrada da ponte.
Valor total da ponte segundo o orçamento primitivo e modificações successivas	90:356\$481		
Valor total da obra executada		88:523\$596	

No espaço de tempo que abrange este relatório, de accordo com o contracto de 10 de Junho e com as modificações que foram autorizadas, fiz as seguintes requisições de pagamento :

Por officio n. 290 de 28 de Dezembro do anno passado solicitei a Secretaria de Finanças pagamento á André Petrelli da importancia de 8.000\$000, correspondente a 3.ª prestação ;

Por outro sob n. 87 de 5 de Fevereiro d'este anno mandou-se pagar por conta da ultima prestação, a importancia de 3.000\$000 ; e

Finalmente, por outro ainda de 5 de Agosto, por saldo de contas, requisitei pagamento da importancia de 14.170\$041.

As modificações e alterações constantes dos quadros acima, foram autorizadas —a primeira—de construcção de um boeiro, de accordo com o orçamento organizado pela 1.ª secção e que importou em 962\$368, por portaria sob n. 10 de 5 de Janeiro d'este anno ; e a segunda de alteração da grade do para-peito, por portaria sob n. 193 de 2 de Março.

O orçamento d'este ultimo serviço elevou-se a 2.751\$800 sobre o primitivo.

Terminados os serviços, e franqueada ao transito publico a nova ponte, depois disto, am... si o Prefeito Municipal da cidade de Castro a mandar pintar as grades com o que se despendeu importância de 355\$200.

A' Secretaria de Finanças, por officio sob n. 579 de 18 de Junho, requisitei pagamento da importância de 213\$200, proveniente de 4 pedras de marmore, que foram collocadas com diversos disticos nas entradas da ponte.

O projecto e orçamento foram elaborados pelo Engenheiro Carlos Borromei da 1.ª secção desta Secretaria; e, sob sua immediata e quasi exclusiva fiscalisação, estiveram os serviços de construcção d'esta ponte.

Cumpro portanto, um gratissimo dever salientando a boa vontade, intelligencia e esforço com que este funcionario desempenhou-se d'esta commissão.



Ponte sobre o Rio Negro

Desde fins do anno passado que era principal preocupação da Administração mandar construir uma ponte sobre o Rio Negro, na Villa d'este nome.

Para este fim determinei em Novembro do anno passado ao Sr. Chefe da 1.ª secção da Secretaria, que projectasse a construcção da referida ponte, no local que julgasse de melhor conveniencia.

A 4 de Dezembro apresentou-me projecto e orçamento de uma ponte assente sobre 5 pilares de alvenaria, inclusive pegões, e de superstructura de madeira, cujo orçamento era de 140.030\$000 rs.

Para levar a effeito a construcção de uma ponte, n'estas condições, havia necessidade de abandonar o local onde hoje se acha uma balsa, e que é o mais proprio por se achar no centro da Villa, e procurar outro que, alem do inconveniente de se achar distante do centro povoado, tinha mais o de obrigar o Estado a construcção de uma estrada e de uma outra ponte sobre o ribeirão da Lança.

E como a difficuldade que se apresentava para construcção da ponte de lastro de madeira no lugar da balsa era a de levantamento de um pilar no leito do rio, attenta a sua profundidade, desde logo ficou resolvida a acquisição de uma ponte de lastro metalico de 70 metros de vão livre para ser levantada no lugar indicado acima.

Esta ponte foi encomendada a Societé Anonyme de Travaux Dyle & Bacalan conforme tudo consta dos documentos seguintes:

—«Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação. Officio n. 323. Curityba, 8 de Abril de 1895. Ao Sr. Dr. Gaston de Cerjat.—Tendo resolvido o Governo levantar uma ponte sobre o Rio Negro, na villa d'este nome, tomo a liberdade de incumbir-vos de, com a Societé Anonyme de Travaux Dyle & Bacalan, em Pariz, adquirir uma ponte de superstructura metallica de setenta metros de vão livre e sete de largura. Certo de que á Administração Publica prestareis mais este relevante serviço aguardo vossa resposta com as indicações sobre o preço da ponte e condições do pagamento a effectuar. Reitero-vos meus protestos de elevada estima e subida consideração.—Saude e Fraternidade.—Francisco Xavier da Silva.»

—«Curityba, 9 de Abril de 1895. Exm. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, M. D. Governador do Estado do Paraná.—Tenho a honra de accusar o recebimento do officio de V. Ex., n. 323, de 8 do corrente, pelo qual V. Ex. se dignou de encomendar a Societé Anonyme de Travaux Dyle & Bacalan uma ponte metallica, para o rio Negro, na villa d'este nome.

Tenho a honra de informar a V. Ex. que a «Societé Dyle & Bacalan» entregará á ordem de V. Ex. f. o. b. em Paranaguá, uma ponte metallica de 70 metros de vão e 7 metros de largura, pelo preço de tres mil libras (£ 3.000). O modo de pagamento será o seguinte: Realisar-se-ha em 3 prestações de mil libras (£ 1.000) cada uma, em 15 de Maio, 15 de Agosto e 15 de Novembro do corrente anno. Estes pagamentos serão effectuados nas datas acima, na Caixa do Trafego das Estradas de Ferro do Paraná. Reitero a V. Ex. os meus protestos de muita consideração e estima.—Saude e Fraternidade.—Cerjat.—Representante da Societé Dyle & Bacalan.»

—«Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação. Officio n. 335, em 10 de Abril de 1895. Ao Sr. Dr. Gaston de Cerjat.—Accusando o recebimento do vosso officio datado de hontem, em resposta ao que vos dirigi em 8 do corrente, declaro-vos que aceito o preço e condições de pagamento da ponte metallica para o Rio Negro, na villa d'este nome. Aproveito a oportunidade para apresentar-vos os meus protestos de reconhecimento por mais esse serviço que vaes prestar ao Governo.—Saude e Fraternidade.—Francisco Xavier da Silva.»

O accordo estabelecido entre o Governo e o representante da Companhia, com as bases estabelecidas acima, fora mais tarde confirmado por um dos seus directores, conforme se vê da carta seguinte:

«SOCIÉTÉ ANONYME DE TRAVAUX "DYLE & BACALAN" Paris le 4 juillet 1895. — L.º I. — N. 8503. — 2. Annexes. — Monsieur le Gouverneur de l'Etat du Paraná, á Curityba (Brezil). — «Monsieur. — Nous avons l'honneur de vous remettre sous ce pli, notre facture en double exemplaire relativement á un Pont-route de 70^m d'ouverture que vous avez bien voulu nous commander par lettre du 10 avril dernier, adressée a M. le Directeur des "Chemin de Fer du Paraná" á

Curitiba: Cette facture s'élève à £. 3000 que nous vous prions de nous faire régler conformément aux conditions suivantes stipulées dans votre lettre de commande: $\frac{1}{4}$ le 15 mai 1893 (£ 1000); $\frac{1}{4}$ le 15 août (£ 1000); $\frac{1}{4}$ le 15 novembre (£ 1000). Nous avons encaissé le 1.^{er} terme de £. 1000 et nous vous serons reconnaissant de faire verser dans la caisse de l'«Exploitation des Chemins de Fer» du Paraná, aux époques précitées les 2.^{me} et 3.^{me} paiements de chacun £. 1000. Veuillez agréer, Monsieur, l'assurance de nos sentiments de considération la plus distinguée. — Un administrateur: *Durieux* ».

Conforme o estabelecido, a 18 de Maio de 1883 o representante da Sociedade Dyle & Bacalan, com officio sob n. 483, enviou-me um certificado do London and Brazilian Bank Limited do Rio de Janeiro, do qual verificando a remessa de £ 1.000 ao cambio de 9' ou 26:666\$660 rs. correspondentes á 1.^a prestação, requisitei pagamento desta quantia para ser recolhida aos cofres da Compagnie Generale de Chemins de fer Brésiliens.

A 26 de Julho recebi comunicação de chegar ao porto de Paranaguá o vapor «Etruria» que trazia o lastro metallico com endereço aos Srs. Arthur d'Abreu & C.^a da mesma cidade, e dei as necessarias providencias para o fim de desembarque do lastro, o que effectivamente se fez, em boa ordem.

A 28 de Agosto, tendo recebido comunicação e certificado de ter sido por intermedio do referido London and Brazilian Bank do Rio de Janeiro, satisfeito o pagamento da 2.^a prestação de £ 1.000 ao cambio de 10 13/16 ou 22:186\$530, á Secretaria de Finanças em officio sob n. 813 da mesma data foi requisitado o pagamento d'essa quantia.

A 6 do mez passado, feito o orçamento de construcção dos pilares sob que tem de assentar o lastro metallico, foi publicado edital chamando concurrentes para os serviços de alvenaria. As propostas apresentadas em numero de tres, uma assignada por José Joaquim Dantas, outra por André Petrelli e ainda outra por David Manosso, foram abertas e sujeitas á estudos pela secção competente, sendo depois, á vista das informações, preferida a ultima d'ellas e assignado o respectivo contracto.

Por occasião da chegada do vapor que conduzia o lastro metallico achava-se atracado á ponte, onde se effectuou o desembarque, o lugar «Else». Por esse motivo sendo inconveniente para aos interesses do Estado a permanencia do vapor no porto, dei providencias para a desatracação do navio, pagando o Estado, por quatro dias de demora que por isso teve, ao respectivo commandante, por intermedio dos Srs. Arthur de Abreu & C.^a, a importancia de 743\$000.

Dispendeu-se mais as de 912\$000 e 82\$750, provenientes: a 1.^a importancia de desembarque de 750 volumes de que se compunha o lastro, e a 2.^a de commissão de 3 % aos mesmos Srs. Arthur de Abreu & C.^a Alem destas despezas existem mais a de 8:618\$864 proveniente de transporte do lastro para o Rio Negro pela Estrada de Ferro, e a de 3:000\$000 mandados entregar ao Sr. Borromei para attender ás despezas com os primeiros serviços.

Como já disse a ponte mede 70^m de vão livre e 7 de largura comprehendidos os passeios lateraes. Para a sua montagem tornou-se indispensavel a construcção de uma ponte provisoria que a 23 do mez passado fora empreitada por Ferdinando Selbmann, conforme o contracto firmado perante a Directoria desta Secretaria, na mesma data. Por este contracto obrigou-se o referido Selbmann a construir a ponte provisoria em 2 periodos de tempo:

No 1.^o periodo, não excedente a 75 dias, construirá a serie inferior de cavalletes, ligados com cinco vigas longitudinaes e, mais ou menos, á onze metros de altura acima do fundo do rio; no 2.^o, logo que os pilares e pegões de alvenaria da ponte definitiva estejão na altura do vigamento da ponte provisoria, construirá a 2.^a serie de cavalletes para armação do lastro metallico e dos vigamentos de madeira dos dous vãos lateraes da ponte definitiva.

O preço para construcção da provisoria foi contractado a 100\$000 por metro cubico de madeira empregada devendo o contractante fornecer as madeiras, parafuzos e mais ferragens necessarias.

Ponte sobre o rio Tibagy

(EM CONCHAS)

A necessidade de attender a serviços mais urgentes tem impedido o inicio de construcção d'esta ponte.

Ella, entretanto, está, desde muito, projectada e orçada. O local escolhido é aquelle mesmo onde, já uma vez, fora construida uma ponte por João Candido Peixoto, conforme contracto que firmára a 23 de Agosto de 1890, na extincta Directoria de Obras Publicas.

Pelo projecto organizado os pilares da antiga ponte, alli existentes, serão aproveitados na construcção da nova, havendo, porém, necessidade de demolil-os até o nivel das aguas para reconstruil-os até certa altura.

A ponte projectada tem uma extensão de 137^m,3; e 5 de largura e ficará collocada acima do nivel das aguas, na maior enchente conhecida.

O orçamento organizado em 1893 excede de 30:000\$000 rs. sendo presumivel que se eleve, por se acharem, actualmente, augmentados os preços dos materiaes.

Ainda no corrente anno, espero, terão começo os trabalhos de construcção.

Ponte sobre o rio Tibagy

(ENTRE PALMEIRA E PONTA GROSSA)



Sendo empreiteiro André Petrelli, em fins de Agosto de 1893, fôra iniciada a construcção d'esta ponte, tendo sido mais tarde, em 1894, suspensos os serviços.

A circumstancia de ser encarregado d'estes serviços, por contracto, o mesmo dos da ponte sobre o rio Iapó, me impedio que desse as providencias precisas para continuarem os trabalhos.

Aguardava que se concluísse a construcção d'esta ultima, o que, effectivamente, se deu, como já tive occasião de dizer, em fins de Maio do corrente anno.

Logo depois, publicado edital, chamando concurrentes para os serviços de pedreiro no Quartel do Regimento de Segurança, entre as propostas, então apresentadas, sobresahia como mais vantajosa uma firmada pelo mesmo Petrelli, e que sendo a preferida, deixou-me na contingencia de, mais uma vez, adiar a construcção dos serviços da ponte de que trato, para dar começo emmediato aos serviços do Quartel como mais urgentes que, effectivamente, erão.

Estes, porem, terminarão dentro de breve praso e, então, providenciarei para que continuem os serviços da ponte.

Ao empreiteiro dos serviços, em 1893, já foi paga a importancia de 6:000\$000 correspondente a 1ª prestação de que trata a clausula 6ª de seu contracto de 23 de Fevereiro de 1893.

A ponte tem a extensão de 102^m,20 e pelo contracto acima referido é o impreiteiro obrigado a fazer um aterro na extensão de 882^m e 3 pontilhões, tudo ao sahir da ponte, do lado da cidade de Ponta Grossa. Os serviços foram contractados por 27:922\$09 rs.

Ponte sobre o rio Barra Mansa

Autorisei ao engenheiro João Fordie, encarregado da construcção da estrada carroçavel entre S. José da Boa Vista e o rio da Barra Mansa, de levantar o projecto de uma ponte sobre esse rio.

Este engenheiro, dando cumprimento a minha auctorisação, enviou-me um projecto do qual se verifica que a ponte a construir-se, assentando sobre 2 encontros de alvenaria, terá uma extensão de 40^m, largura de 4^m,90 e 6^m acima do nivel medio das aguas.

Logo que terminem os trabalhos de construcção da estrada pretendo mandar fazer o orçamento do serviço da ponte e providenciar sobre sua construcção, attendendo assim a uma grande necessidade local.

Ponte sobre o rio Itararé

Por portaria sob n. 42 de 10 de Novembro do anno passado, tendo conhecimento das más condições em que se achava esta ponte, incumbi o administrador da Barreira do Itararé, cidadão Albino José da Silva, de mandar fazer os trabalhos que fossem necessarios para reconstrucção, obedecendo ao orçamento que foi organizado pela 1ª secção da Secretaria e que lhe remetti por copia.

Tendo accettato esta incumbencia o Sr. Administrador da Barreira me fez sentir a necessidade de modificação no orçamento, modificação que, depois de ouvir a secção competente, foi approvada por portaria sob n. 447 de 10 de Maio.

A 22 do mesmo mez, em virtude de requisição, solicitei do Sr. Secretario de Finanças, mandasse por a disposição do Administrador da Barreira do Itararé a importancia de 1:048\$000 rs. para fazer face ao pagamento de madeiras que havia adquirido para reconstrucção da ponte.

Ponte sobre o rio Capivary

Esta ponte, na villa de Jaguarahyva, esteve exigindo uma reconstrucção completa.

Encarreguei dos serviços ao Sr. Antonio Pedro d'Oliveira, a quem se mandou pagar a importancia de 2:177\$000, dispendida com a reconstrucção.

Ponte sobre o rio Bariguy

(ESTRADA S. FELICIDADE)

Depois de devidamente orçada e projectada a construcção de uma ponte sobre o rio Bariguy, onde elle atravessa a estrada que d'esta capital vai á colonia S. Felicidade, foi publicado edital chamando concurrentes para os necessarios serviços.

No dia marcado para recebimento de propostas, uma só foi apresentada e assignada por Ferdinando Selbmann.

Achando-se em condições de ser aceita, a 10 de Janeiro d'este anno foi assignado contracto e tiveram inicio os trabalhos.

Pelo projecto existente na Secretaria, a ponte deveria assentar sobre pegões de alvenaria ; mas, as más condições do terreno obrigaram-me a modificar o projecto, n'este ponto, para não accrescer as despesas com a construcção, além do orçado, em mais de 2:500\$000.

Ficou, portanto, estabelecido que a ponte, embora com maior extensão, assentaria sobre quatro cavalletes de madeira de lei.

Nestas condições, em breve espaço de tempo, foi construida.

A sua extensão é de 24^m metros e largura de 4^m,40.

As despesas feitas de accordo com o contracto foram as seguintes :

Por officio n. 31 ; de 3 de Abril, á Secretaria de Finanças, requisitei pagamento da importancia de 2:500\$000, 1^a prestação devida ao contractante, de accordo com a clausula 5^a do seu referido contracto ;

Por outro, sob n. 467 de 16 de Maio, á mesma Secretaria, requisitei pagamento da 2^a e ultima prestação na importancia de 2:084\$464 rs.

Além d'estas, foram feitas mais as seguintes :

De 1:031\$250 rs. proveniente da construcção de um bate-estacas e de 100\$000 para material do mesmo :

De 228\$240 rs. em 9 de Maio, e de 342\$750 em 22 do mesmo mez, provenientes de grandes aterros feitos, de um e outro lado da ponte ;

E, finalmente, de 200\$000 de concertos de um pontilhão e dois boeiros proximos a referida ponte.

A planta, orçamento e fiscalisação do serviço, por parte da Secretaria, forão trabalhos que estiveram a cargo do intelligente Sr. Marcos Lesehaud.

Ponte sobre o Rio Bariguy

(WOLFF)

Mal tinham terminados os serviços da ponte de que venho de tratar e o Governo recebia representação assignada por um grande numero de moradores de S. Casemiro do Taboão, pedindo-lhe, insistentemente, mandasse contruir uma ponte, sobre o mesmo rio Bariguy proximo ao engenho do Sr. Wolff, pois, a que alli existia, havia desabado e, se achava, por isso, quasi interrompido o transitio para esta Capital.

Foi, desde logo, meu empenho, tomando conhecimento da alludida representação, mandar verificar o desabamento da primitiva ponte e, uma vez verificado, mandar construir nova.

Disto, incumbi o auxiliar tecnico da 1.^a secção d'esta Secretaria sr. Jorge Galdino Nunes da Costa, que depois do exame necessario, me confirmou o desabamento da ponte antiga e logo depois me apresentou projecto e orçamento de uma nova ponte.

Mandei publicar edital chamando concurrentes para este serviço, a 2 de Julho deste anno e ainda uma vez tive de aceitar a proposta firmada pelo sr. Ferdinando Selbmann.

A 30 do mesmo mez foi assignado o contracto pelo qual ficou o referido Selbmann obrigado a construir a ponte toda de madeira de lei pela importancia de 2.646\$450, com uma extensão de 18.^m metros e largura de 4.^m

Sob estas condições desempenhou-se o contractante, mais uma vez, dos seus compromissos, construindo uma ponte solida e de grande estabilidade, pela importancia acima determinada que lhe foi paga em uma só prestação, no fim dos trabalhos, conforme requisição sob n. 70 de 19 de Setembro que fiz a Secretaria de Finanças.

Fiscalisou os serviços o mesmo sr. Jorge Galdino Nunes da Costa que, entrado de pouco na Secretaria, deo boas provas de sua capacidade e esforço.

Ponte sobre o Rio Emboguassù

Tendo o sr. Prefeito Municipal da cidade de Paranaguá, encarregado por parte desta Secretaria de mandar fazer reparos necessarios em estradas daquelle Municipio, me feito ver a necessidade da construcção de uma ligeira ponte sobre o rio Emboguassù, autorisei-o a mandar construil-a.

Com este serviço dispendeu-se a importancia de 50 \$000 que solicitei ao sr. Secretario de Finanças, por officio sob n. 618 de 9 de Julho, mandasse entregar para effectividade dos pagamentos ao mesmo sr. Prefeito Municipal da cidade de Paranaguá.

Ponte sobre o Rio Taquarussù

Foram encarregados da construcção desta ponte na estrada que vai de Palmeira á Colonia Palmira os srs. Manoel Bittencourt, Joaquim Rodrigues Gomes e Licinio de Mello.

Estes senhores de boa vontade prestarão-se a mandar construir a referida ponte, tendo-se despendido com os serviços a importancia de Rs. 723\$000.



Ponte sobre o Rio Bitumirim

Diversos cidadãos da villa do Ipiranga, tinham se constituido em comissão para o fim de construir uma ponte sobre este rio, por meio de donativos dos moradores daquelle lugar. Um dos membros da comissão, sr. Ernesto Martins Bahls, em nome della solicitou do Governo um pequeno auxilio para terminar os serviços. Depois de ter dado sciencia a V. Ex.^a do pedido que era feito, por officio sob n. 368 de 20 de Abril requisitei entrega da quantia de 30.000\$, por conta da verba «Obras Publicas» ao mesmo Ernesto Martins Bahls, para o fim alludido acima.

Pontes sobre os Rios Marumby e Ipiranga

Tendo feito o sr. Prefeito Municipal da cidade de Morretes chegar ao meo conhecimento a necessidade de mandar fazer diversos concertos nas pontes sobre estes rios, mandei por um auxiliar tecnico da 1.^a secção da Secretaria verificar o estado das pontes e orçar as despezas para sua completa reconstrucção.

O orçamento organiado attingio a quantia de 4.500\$000.

Por portaria sob n. 16 de 8 de Janeiro autorisei o mesmo sr. Prefeito Municipal a mandar reconstruir as pontes, cingindo-se, porem, aos serviços designados no orçamento e á importancia acima.

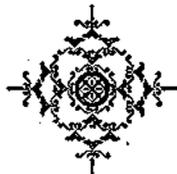
Ponte sobre o Rio Piraquara

Um auxiliar tecnico da 1.^a secção da Secretaria incumbido de inspeccionar a estrada de S. José dos Pinhaes a Villa Deodoro, em relatorio que me apresentou, fez ver a urgente necessidade de mandar reconstruir a ponte sobre este rio.

Apresentou-me orçamento na importancia de 534\$812 e por portaria sob n. 630 de 4 de Julho autorisei o sr. Prefeito Municipal da Villa Deodoro a mandar fazer a reconstrucção de accordo com o dito orçamento que lhe enviei por copia.

Ponte sobre o Rio Pitanguy

O sr. Prefeito Municipal de Ponta Grossa em virtude de minha autorisação mandou fazer breves concertos em um dos pegões desta ponte, com o que se dispendeu 471\$000.





Edifícios

Palacio das Secretarias

Como já teve occasião de dizer V. Ex.^a neste relatorio, a Secretaria de Obras Publicas, continua a funcionar no lance esquerdo do pavimento terreo do Palacio do Governo sem que disponha ao menos, do strictamente necessario para accomodar o pessoal de que hoje dispõe.

Da mesma forma que ella se acha a Secretaria do Interior que funciona no lance direito do mesmo Palacio.

Outras Repartições Publicas, nomeadamente, o Supremo Tribunal de Justiça, a Inspectoria Geral de Hygiene, a Collectoria da Capital, a Inspectoria Geral de Colonisação, a Junta Commercial, a Chefatura de Policia e finalmente o Archivo Publico proximo a fundar-se, todas ellas, funcionam em casas particulares alugadas pelo Governo, em diversas ruas da capital, sem os compartimentos precisos para o bom funcionamento de cada uma.

Tem resolvido por isto V. Ex.^a que se trate da construcção de um grande edificio que podendo conter em seus pavimentos superiores as trez Secretarias de Estado possa comportar nos pavimentos inferiores todas as mais Repartições Publicas que lhe são subordinadas, facilitando por essa forma o expediente e evitando as despezas crescidas que tem o Estado com alugueis de casas.

Para o fim de dar immediato cumprimento á resolução de V. Ex.^a incumbi o chefe da 4.^a secção desta Secretaria de confeccionar o projecto do edificio a construir-se.

O local escolhido e que se pretende adquirir da Camara Municipal da Capital, é aquelle que, actualmente, fórma o largo denominado da Proclamação.

O edificio projectado irá tomar todo este largo formando quatro ruas.

Na face principal, na rua Pedro Ivo, ficará situada no pavimento superior a Secretaria de Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação e no pavimento inferior a Inspectoria Geral de Colonisação e Museu de materiaes de obras que pretendo organizar.

Na face esquerda do edificio de maior extensão que a principal, ficará situada no pavimento superior a Secretaria de Estado dos Negocios de Finanças, Commercio e Industrias, tendo no pavimento inferior, de um lado, a Pagadoria e Collectoria da Capital, de outro a Junta Commercial.

Na face direita, de mesmas dimensões que a esquerda, ficarão situados no pavimento superior a Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrucção Publica, o Supremo Tribunal de Justiça e Chefatura de Policia e no pavimento inferior a Inspectoria Geral de Hygiene, Tribunal do Jury, sala de audiencia dos Juizes de Direito e Districtaes, Cartorios, Archivo Publico e Bibliotheca.

O lado paralelo á frente do edificio, fundos da rua Marechal Deodoro, formará uma rua onde mais tarde verificada a necessidade de augmento do edificio se poderá construir uma quarta face.

Ainda dentro do corrente anno terão começo os trabalhos de construcção do Palacio.

Penitenciaria

Por occasião da compra do predio que vai servir de Quartel do Regimento de Segurança, havia o Governo designado uma grande area de terreno, situada nos fundos do mesmo predio e adquirida com a compra d'elle, para n'ella ser construida a Penitenciaria.

Já então existia n'esta Secretaria o projecto do grande edificio.



Tomadas as medidas necessarias cheguei a verificar que o terreno designado, devido a escassez de seus fundos, não comportaria o edificio em projecto, tal como elle fora elaborado, havendo necessidade de modificá-lo profundamente, o que era de manifesta inconveniência.

Desde logo cogitou-se da procura de outro local mais apropriado.

Dentre os lugares que, muita vez, em companhia de V. Ex. e acompanhado de um Auxiliar Técnico d'esta Secretaria, tive occasião de examinar, um pareceu-nos de mais vantagem; não só porque se acha um pouco arredado do centro populoso da cidade, como porque fica situada á pequena distancia do Quartel do Regimento de Segurança do Estado, facilitando por essa forma o movimento de força para as guardas.

O terreno se acha situado no prolongamento da rua S. José e confina com outros de propriedade do Prado de Corridas.

Resta apenas verificar se dispõe de boas condições para construcção de um edificio d'esta natureza, pois a sua extensão é por demais sufficiente.

De qualquer fórma, n'este ou em outro local, terão começo em breve os trabalhos de construcção da Penitenciaria.

Monumento á Carneiro e Dulcidio

A lei n. 104 de 7 de Julho do anno passado, mandando erigir na cidade da Lapa, logo que o permittão as finanças do Estado, um monumento que perpetue a memoria do General Carneiro e Coronel Dulcidio, autorisa o Poder Executivo a abrir concorrência para esse fim, sujeitando ao Congresso a approvação do projecto do monumento e orçamento das respectivas despezas.

Facil será de ver que dispondo ainda hoje do estritamente indispensavel, nas verbas orçamentarias, para attender as mais urgentes e inadiaveis necessidades do Estado, o Governo não poderá, tão cedo, dar cumprimento a esta resolução do Poder Legislativo, emquanto que, assim, irá demorando uma manifestação de alto respeito e profunda veneração pela memoria de dous brasileiros illustres que, sacrificando a vida, salvaram a Republica e a nossa Patria de mais insidiosa e torpe anarchia.

Creio que, dentro dos recursos ordinarios do orçamento, se poderá mandar construir duas casas escolares, uma—Escola Carneiro—, outra—Escola Dulcidio—, que, alem de constituirem um attestado da gratidão dos Paranaenses peló muito que estes grandes soldados fizeram, tem um fim util e virão concorrer para o embellezamento da invicta cidade onde deverão ser construidas.

Lazareto

O Governo foi autorizado pelo Poder Legislativo, pela lei n. 50 de 5 de Novembro de 1892, a chamar concorrentes para construcção de uma casa que se preste para Lazareto, no lugar mais conveniente, na Bahia de Paranaguá.

Em obediencia ao disposto na dita lei, depois da devida concorrência, a 11 de Março de 1893, foi assignado contracto para construcção com Theodorico Julio dos Santos pela quantia de 44:200\$000.

Este contracto foi rescindido e mandei levantar novo projecto.

Depois de prompto e devidamente orçadas as despezas, por editaes publicados nos Jornaes «Republica» da capital e «Commercio» de Paranaguá, mandei chamar nova concorrência.

A 7 de Janeiro do corrente, abertas e examinadas as propostas foi assignado contracto com Leandro de Souza Luz.

Por este contracto obrigou-se Leandro de Souza Luz a construir na Ilha das Cobras, Bahia de Paranaguá, uma Hospedaria e Enfermaria, a primeira para passageiros que tenham de ficar de observação, por occasião das epidemias, e a segunda para aquelles que venhão infeccionados.

Os serviços foram contractados, então, por 23:762\$135.

Mais tarde foi modificado esse contracto, havendo por isso um accessimo de despezas de rs. 2:112\$466.

Os trabalhos tem tido regular andamento e dentro do mez de Dezembro proximo estarão terminados.

Até a presente data fiz as seguintes requisições de pagamento:

Por officio sob n. 496 de 4 de Março, em vista de attestado do Fiscal dos serviços, requisitei pagamento da importancia de 5:575\$920 correspondente a 1ª prestação;

Por outro sob n. 774 de 17 de Agosto, da importancia de 6:000\$ correspondente a 2ª prestação.

O contractante fez jus a uma terceira prestação cujo pagamento será requisitado opportunamente.

A' fabrica do Sr. Julio Eduardo Ginesté, fora encomendada toda a mobilia necessaria para o edificio.

Como V. Ex. sabe, o orçamento da União para o corrente exercicio designou a importancia de 42:000\$000 para auxiliar a construcção d'este Lazareto.

Tendo-se feito requisição d'esta quantia, por officio sob n. 256 de 22 de Março, dirigido ao Sr. Ministro da Fazenda, foi recolhida aos cofres do Estado, conforme communicação do Inspector da Alfandega de Paranaguá.

O projecto e orçamento do Lazareto foram elaborados pelo Sr. Marcos Leschaut, que tem fiscalizado os serviços conjunctamente com o Sr. Jorge Galdino Nunes da Costa.

Escola Tiradentes

Como disse a V. Ex. em meu relatório passado, para concluir a construção d'este Edifício, a 15 de Setembro do mesmo anno fora assignado contracto com Augusto Grohs pela quantia de 3:55\$440.

Os trabalhos de construção terminaram no principio de Janeiro d'este anno e de accordo com o contracto referido, fiz as seguintes requisições de pagamento :

Por officio sob n. 204 de 13 de Outubro do anno passado, requisitei pagamento da importancia de 1:185\$136, correspondente a 1ª prestação ;

Por outro sob n. 253 de 16 de Novembro do mesmo anno, de igual quantia correspondente a 2ª prestação ;

Ainda por outro sob n. 271 de 20 de Dezembro, requisitei pagamento da ultima prestação, ainda na importancia de 1:185\$136.

Foram feitas ainda as seguintes despesas :

De 80\$000, pagos a Marcos Antonio Ferracine, proveniente de uma pedra marmore com inscripção ;

De 231\$000, pagos ao contractante das obras, proveniente de serviços que havia executado anteriores aos de seu contracto ;

De 303\$000, entregues ao Sr. Marcos Leschant, para abertura de um poço ;

Finalmente, de 3:229\$000 dispendidos com a mobilia escolar, de accordo com o art. 8º da lei n. 402 de 28 de Junho de 1894, e pagos a Gineste & Blok.

Tendo a Exma. Sra. Baroneza do Serro Azul, viuva do Barão do Serro Azul, enviado a V. Ex. a caderneta da Caixa Economica sob n. 5489, pertencente a extincta Associação Propagadora da Herva-Matte, cujos fundos depositados foram, em virtude de lei, applicados na construção da Escola, ao Sr. Antonio Rodrigues da Costa, thesoureiro da referida e extincta Associação, por officio sob n. 224 de 26 de Outubro do anno passado, sollicitei que a vista de tal caderneta se dignasse promover os meios de receber o saldo d'este deposito na importancia de 55\$200, alem dos juros vencidos, para o fim de ser recolhida aos cofres da Secretaria de Finanças.

Palacio do Congresso

Sendo de necessidade inadiavel o retelhamento d'este Edifício, por portaria sob n. 42 de 18 de Janeiro autorisei o Sr. Albino Schimmelpfeng a fornecer 11.500 telhas para alisorem empregadas.

Uma vez recebidas, requisitei pagamento da quantia de 1:300\$000 ao mesmo Sr., por officio sob n. 233 de 13 de Março dirigido á Secretaria de Finanças.

A 13 de Maio, feito o retelhamento pelo Sr. Roque Petrelli, para isto devidamente autorizado por esta Secretaria, solicitei, ao Sr. Secretario de Finanças, a elle mandasse pagar a importancia de 776\$000 proveniente de mão de obra.

Mais tarde, a 22 de Julho d'este anno autorisei o Sr. Carlos Hübel a fazer no mesmo Palacio, um passadiço de ladrilhos de cimento de duas cores, com meios fios, em volta, entre a escada e entrada principal do referido Palacio pelos preços seguintes :

Ladrilho : metro quadrado a 7\$500.

Mão de obra : metro quadrado a 1\$500.

Determinei a multa de 5 % sobre a importancia total que fosse devida por esses serviços si, até 30 de Agosto, não estivessem concluidos.

Acceptas as condições, effectuou-se o serviço que importou em 813\$000.

Tambem a 22 de Julho autorisei o Sr. João Modesto da Rosa a fazer o serviço de caiação geral interna do Palacio pelos preços e condições seguintes :

Tecto do recinto : metro quadrado a 300 rs.

Tecto e paredes da tribuna : metro quadrado a 200 rs.

Armação do andaime 203\$000.

Igualmente determinei a multa de 5 % sobre a importancia total que fosse devida por estes serviços, se não os concluísse dentro do praso que lhe foi marcado.

Os serviços foram feitos com toda a regularidade e promptidão e importaram em 720\$426.

Outros concertos ligeiros importaram em 60\$000.

O Engenheiro Ernesto Guaita contractante da construção do Palacio do Congresso havia deixado, até principios d'este anno, de dar cumprimento a uma das clausulas de seu contracto de 6 de Maio de 1894. Por este motivo havia sido impedido o pagamento da ultima prestação.

Em Março deste anno dando-me sciencia de ter effectuado os serviços de que trata a terceira parte da quinta clausula, justamente aquella que não teve cumprimento exacto, depois de ser ouvida a 1.ª secção, requisitei pagamento da quantia de 4.928\$800, correspondente a referida ultima prestação, correndo a despesa por conta da verba «Obras Publicas em Geral» do exercicio presente.

Ao mesmo Engenheiro, a 24 de Abril, mandou-se pagar a quantia de 4.000\$000 como indemnisação das telhas antigas que existiam no Congresso e que foram inutilizadas, por occasião da retelhamento.

Actualmente, faz-se a caiação interna do Edifício.

Quartel



Feito o orçamento geral dos serviços ainda necessários neste Edifício, foi publicado editando-se mandando concorrentes para elles.

Das propostas apresentadas foram acceitas uma firmada por Gineste & Block, outra por André Petrelli.

De accordo com as condições da primeira, fora assignado o contracto a 23 de Julho deste anno; de accordo com as da segunda, a 29 do mesmo mez.

Ao primeiro contractante couberão os serviços de carpintaria e ferraria; ao segundo os de pedreiro. Os preços de um e outro contracto foram determinados por unidade.

A vista de attestados do Fiscal do serviço até a presente data requisitei pagamentos, de accordo com os contractos, das seguintes importancias:

Aos primeiros contractantes—Gineste & Block:

A 14 de Agosto—4.500\$000;

A 17 de Setembro—4.500\$000;

E a 14 de Outubro—4.500\$000;

Ao segundo contractante—André Petrelli:

A 20 de Agosto—1.000\$000;

A 20 de Setembro—9.473\$855;

E a 10 de Outubro—7.862\$095;

Antes destes serviços outros pequenos haviam sido feitos, taes como: o de retelhamento de uma parte do Edifício, pelo Engenheiro Ernesto Guaita, autorisado por esta Secretaria, com o que se dispendera a importancia de 1.634\$260.

Ao mesmo Engenheiro por portaria de V. Ex.^a sob n. 251 de 13 de Novembro do anno passado foi mandado restituir o deposito de 10 % que havia feito na Secretaria de Finanças para cumprimento do seu antigo contracto que fora rescindido.

Por officio sob n. 227 de 31 de Outubro dirigido ao sr. Secretario de Finanças confirmei a requisição de pagamento de 190\$000 a Carlos Kübel proveniente de um escudo que fornecera para ser collocado no centro da face principal do Edifício.

Escola Carvalho

O Director da Escola de Artes e Industrias, por vezes, e com a maior insistencia, reclamara o augmento deste Edifício.

A 8 de Julho dirigio a V. Ex.^a um officio solicitando o augmento e juntando um desenho do serviço que julgava necessario.

Attendendo a esta reclamação foi-lhe respondido o seguinte:

—«Secretaria d'Estado dos Negocios das Obras Publicas e Colonisação. Officio n. 663. Curytiba, 12 de Julho de 1891. Sr. Antonio Mariano de Lima, D. Director da Escola de Artes e Industrias. Respondendo vosso officio sob n. 844 de 8 do corrente vos autoriso a fazer no predio do Estado onde funciona a Escola de que sois digno Director o augmento constante de uma planta que acompanhou o vosso citado officio, podendo dispender até a quantia de 10.000\$000 por conta do Estado. Esta importancia vos será entregue em prestações mensaes de 4.000\$000 de accordo com a communicação que se expede á Secretaria de Finanças. Para perfeita e completa execução do projecto apresentado a Secretaria de Obras Publicas opportunamente designará o Fiscal do serviço por parte do Governo. Saude e Fraternidade—Francisco Xavier da Silva».

De accordo com esta autorisação o sr. Director Antonio Mariano de Lima deu começo aos serviços.

A 31 de Julho o mesmo sr. Lima, por officio sob n. 823 solicitou permissão para fazer uma modificação no projecto primitivo augmentando mais o edificio, sem que fosse preciso, entretanto, augmentar a verba que lhe fora determinada.

Foi-lhe permittido fazer mais este augmento e até a presente data ha recebido a importancia de 3.000\$000, em prestações de 1.000\$000, correspondentes aos mezes de Agosto, Setembro e Outubro.

Os serviços terminarão brevemente e estão sob a direcção immediata do referido sr. director da escola, sempre incançavel e dedicado a todos os serviços que se prendem a Escola de Artes.

Predio da Secretaria

No pavimento terreo do Palacio do Governo onde funciona actualmente a Secretaria de Obras Publicas foram feitos diversos concertos para accommodações da 1.^a secção da mesma Secretaria.

Com estes concertos dispenseo-se a importancia de 7.0\$000 que por officio sob n. 263 de 19 de Novembro do anno passado, solicitei ao sr. Secretario de Finanças, mandasse pagar ao sr. Antonio Müller, encarregado dos mesmos serviços.

Matriz e Cemiterio da Lapa

A Lei n. 121 de 13 de Dezembro de 1894 autorizou o Poder Executivo a mandar reconstruir a Matriz e Cemiterio da cidade da Lapa damnificados por occasião do cerco que soffreu aquella cidade, em Janeiro e Fevereiro do anno passado, podendo dispendir até a quantia de 8.000\$000.

Desejando o Governo ainda no corrente exercicio dar começo aos trabalhos de reconstrução e achando-se assoberbado de muito serviço todo o pessoal tecnico de que dispõe a Secretaria, ao Engenheiro Arthur Napoleão de Barros, Commissario *ad-hoc* de medição de terras no municipio da Lapa, dirigi o seguinte officio :

«Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação. Officio n. 891. Curityba, 2 de Setembro de 1895. Snr. Engenheiro Arthur Napoleão de Barros.—Desejando o Exm. Sr. Dr. Governador do Estado dar cumprimento, ainda este anno, ao disposto na lei n. 121 de 13 de Dezembro de 1894 (copia inclusa) vos peço que façais o orçamento das obras necessarias para o restabellimento da Igreja Matriz e Cemiterio d'essa cidade, dentro da quantia determinada na citada lei. Espero que este pedido, feito de ordem do mesmo Exm. Sr., seja por vós favoravelmente acolhido, prestando assim um valioso serviço ao Estado. Sande e Fraternidade.—Pelo Secretario de Obras Publicas, José Corrêa de Freitas.»

O Sr. Engenheiro Barros accedendo a este pedido enviou-me orçamento detalhado e dentro de breves dias mandarei chamar concurrentes para o serviço.

Gymnasio Paranaense

Foram feitos ligeiros serviços n'este Edificio dispendendo-se por conta da verba «Obras Publicas» a importancia de 508\$000.

Escola Oliveira Bello

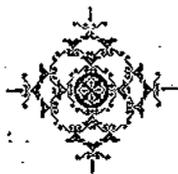
Exigia grandes concertos este proprio do Estado situado na rua do Aquidabam.

Mandei fazer orçamento dos serviços que, depois da devida concorrência, foram contractados por João Modesto Rosa, pela importancia de 949\$000 que lhe foi paga em duas prestações : a primeira de 800\$000 a 15 de Junho ; a segunda de 149\$000 a 22 de Julho.

Outros concertos foram ainda feitos pelos Srs. Gineste & Blok na importancia de 353\$000 que lhes fora paga em Agosto.

Casas Escolares

De accordo com a resolução de V. Ex. a Secretaria, actualmente, se preoccupa com projectos de duas casas escolares para serem construidas n'esta Capital, nos Bairros onde ainda não existem.





Estradas

Estrada de Ferro da Capital ao Serro Azul

A Lei n. 133 de 28 de Dezembro do anno passado autorizou o Poder Executivo a contractar a construcção de uma Estrada de Ferro que partindo desta Capital se dirija ao Serro Azul com um ramal para o Assunguy.

Por longos seis mezes foi publicado o Edital desta Secretaria chamando concurrentes para construcção desta estrada e, apenas, uma proposta foi apresentada e se acha pendente de solução.

Estrada de Guarapuava

Os serviços de construcção desta estrada tiveram começo em Janeiro do corrente anno, sendo administrados pelo distincto e probo sr. Fernando Müller, auxiliar tecnico da 1.ª secção desta Secretaria.

Apezar dos esforços empregados pelo Administrador dos serviços, estes, de começo, não poderam ter andamento regular, devido a quasi absoluta falta de trabalhadores.

Sendo, entretanto, desejo do Governo dar andamento mais prompto aos serviços resolvi dividir a estrada em 2 secções, pela forma seguinte :

1.ª Secção—Trecho da estrada comprehendido entre a Villa de S. Antonio do Imbituva e o rio dos Patos, sob a immediata administração do mesmo sr. Fernando Müller.

2.ª Secção—Trecho da estrada comprehendido entre o rio dos Patos e a cidade de Guarapuava, sob a administração do sr. Carlos Borromei, chefe da 1.ª secção da Secretaria.

Resolvi tambem mandar contractar trabalhadores para a estrada em diversos pontos deste Estado, nomeadamente, na Capital e seus arredores, Palmeira, Ponta Grossa, e nas diversas colonias do valle do Iguassú.

As despesas com transporte dos trabalhadores até o local dos serviços, pagas pelo Estado, serão, entretanto, descontadas dos seus salarios, em pequenas prestações por mez.

Ainda assim a demora que tem havido nos serviços da estrada tem tido origem exclusiva na falta de trabalhadores que ainda perdura.

Dos dados que me foram fornecidos pelos encarregados de uma e outra secção vê-se que as despesas até agora realizadas correspondem aos serviços feitos.

Antes porem de entrar nesta demonstração, passo a dar informações sobre os serviços que são necessarios na 2.ª secção que é a principal pela sua grande extensão.

Estas informações são colhidas de um relatorio que, a 10 de Maio do corrente anno, me foi apresentado pelo encarregado da referida secção.

Convem notar, portanto, que algum dos serviços indicados já se acham feitos, presentemente.

Serve de norma para a construcção da estrada um projecto antigo elaborado pelo Dr. Weiss.

Em alguns trechos, porem, ha necessidade de abandonal-o para procurar outro traçado que evite, no quanto possivel, obras de arte e grande movimento de terra.

Segundo o projecto Weiss o kilometro 41 acha-se na entrada da ponte do rio dos Patos, começo dos serviços da 2.ª secção.

Deste ponto ao kilometro 47 seguiu-se o traçado da velha estrada com pequenas variantes ; mas, deste ultimo ao 50, houve um desvio completo á direita e assim evitou-se grandes cortes e a construcção de alguns pontilhões.

Do 50 ao 62 o terreno é bastante accidentado e o traçado Weiss, que sempre acompanha a linha telegraphica, desenvolve-se em curvas e contracurvas de raio minimo e com declividades maiores de 8%.

As pontes e pontilhões a construir, neste trecho, segundo o projecto antigo seriam quatorze mais ou menos, sendo que algumas de vão superior á 10 metros.

Houve, portanto, necessidade de um grande desvio, ainda a direita, afim de procurar em um terreno mais plano a confluencia das aguas que vertem da pequena serra que se acha á esquerda.

Do kilometro 62 a 66 o terreno é menos accidentado e não apresenta grandes difficuldades para construcção de uma boa estrada, havendo, entretanto, mattos virgens e grandes pinheiros.

Deste ultimo kilometro ao 67 o terreno é quasi plano ; mas, existem muitos banhados e pequenas cochilhas.

Nos primeiros já foram construidos aterros e pontilhões; mas, pelo abandono em que ficaram uns e outros, ha necessidade de uma completa reconstrucção embora pouco dispendiosa.

Do kilometro 77, começo da serra da Esperança, ao 84, alto da mesma, o traçado antigo é optimo e o que de melhor se poderá fazer em um terreno bastante ingreme e pedregoso.

Neste ponto a estrada está construida : os boeiros, paredões e pontilhões são de pedra, mas a aguas correndo no leito da estrada sulcaram-n' a profundamente deixando em alguns logares atoleiros onde era impossivel o transito.

Para evitar a completa destruição dos serviços feitos antigamente, o Sr. Administrador dos trabalhos da secção entendeu-se com o sr. Prefeito Municipal da cidade de Guarapuava e para lá mandou duas turmas de trabalhadores.

Do kilometro 84 a 86, começo da Serra João de Goes, o terreno é accidentado e pedregoso. Ahi, porem, seguir-se-ha o traçado antigo, com ligeira modificação.

Do 86 a 88 o terreno apresenta muitas difficuldades, e impossivel será seguir o velho traçado que obriga a fazer grandes cortes em pedra com declividades muito fortes.

São precisos novos estudos e dar maior desenvolvimento a estrada.

Do kilometro 88 a 101 existem 2.200 metros construidos que exigem completa reconstrucção ; no resto deste trecho que atravessa sempre mattos virgens, já foi feita a derrubada pela Commissão Estrategica.

Neste ultimo kilometro, Rio das Pedras, existe uma ponte de 20 metros de vão com pedões e alas de alvenaria de pedra e superstructura de madeira.

Do kilometro 104 a 114 ha um trecho construido e outro de capoeiras e matto virgem, cuja derribada fora feita pela mesma Commissão Estrategica.

Sobre o Rio das Mortes existe uma ponte de 83 metros de vão com pedões e alas de alvenaria de pedra e cal e paredões de arrimo de pedra secca.

Do kilometro 114 a 119, entrada de Guarapuava, existe um kilometro construido e o resto em campo aberto e quasi plano, precisa de poucos serviços entre os quaes a construcção de alguns boeiros e pontilhões.

Do exposto se vê que do Rio dos Patos á Guarapuava existem 78 kilometros, dos quaes :

Estão construidos sem calcular os que o foram sob a direcção do Sr. Carlos Borromei até 26 de Maio e comprehendidos os trechos que devem ser reconstruidos	44.400m.
A construir-se completamente	63.600m.

Com a 1ª secção se ha dispendido até 30 de Setembro :

Janeiro	4:229\$800
Fevereiro	565\$675
Março	1:675\$3 0
Abril	2:462\$950
Maió	1:874\$770
Junho	4:303\$000
Agosto e } Setembro }	2:846\$200
Total	<u>41:739\$745</u>

Nesta secção se acham construidos 8.400 metros, alem de 8 kilometros roçados e destocados.

Com a 2.ª secção se ha dispendido, tambem até 30 de Setembro :



Abril	6:704\$850
Maió	9:633\$223
Junho	5:244\$125
Julho e }	7:492\$670
Agosto }	
Setembro	3:839\$000
Total	32:960\$470

Nesta secção se acham construidos 11 kilometros, alem de mais 5 traçados e outros 5 explorados.

Alem d'estas despesas existem mais as seguintes :

Ferramentas para a 1ª secção	4:323\$800
Dispendido com empregado da Secretaria de Finanças que foi levar dinheiro	61\$000
24 carros de mão	321\$000

Rs. 4:710\$800

Resumo geral das despesas :

1.ª Secção	14:739\$745
2.ª Secção	32:960\$470
Outras despesas mencionadas acima	4:710\$800
Total	46:410\$745

Estradas carroçaveis para o Serro Azul e Assunguy

Em principios de Janeiro, desejando o Governo dar começo aos trabalhos de construcção de uma estrada carroçavel que ligue esta Capital ao Serro Azul, nomeou Administrador Geral dos serviços o Major João Gualberto Franco de Bittencourt, a quem por portaria sob n. 35 de 17 do mesmo mez autorisei a comprar a ferramenta necessaria para o serviço.

Os trabalhos tiveram começo em fins d'este ultimo mez e a 7 de Fevereiro com o officio sob n. 103 dirigido ao Sr. Secretario de Finanças fiz a primeira requisicão de pagamento dos serviços feitos.

As despesas feitas durante a administração do Sr. João Gualberto, foram as seguintes :

Janeiro	2:688\$650
Fevereiro	8:477\$510
Março	8:765\$930
Abril	14:540\$650
Maió	9:479\$300
Total	43:332\$050

Resolvida a exoneração do Administrador Major João Gualberto, dei-lhe disto sciencia por portaria sob n. 431 de 20 de Maio, mandando que ao empregado da secção tecnica da Secretaria, Marcos Lescheand, fizesse entrega dos objectos do Estado em seu poder.

A este ultimo incumbi de tomar conta dos serviços com o pessoal que alli quizesse continuar, até 15 de Junho.

Por esta nova administração foram dispendidas as seguintes importancias :

De 24 a 31 de Maio :	774\$250
Para attender as despesas até 15 de Junho	1:500\$000
Total	2:274\$250

Nesta ultima data foram effectivamente suspensos os serviços feitos por administração e a 13 de Julho mandei publicar edital chamando concurrentes para construcção da estrada, de accordo com as bases e condições estabelecidas pela 1ª secção.

Das propostas apresentadas fora preferida a firmada por Hermogenes Antonio de Araujo e Leopoldo Basseti.

Não tendo, porém, estes Senhores, no prazo determinado assignado o respectivo contracto, mandei chamar nova concorrência para os serviços.

Aguardo o dia designado para apresentação e aberturas de propostas para, depois de escolhida, a que mais convenha, dar providencias sobre a continuação dos serviços.

Durante os trez ultimos mezes do anno passado e 1º d'este anno, houve conservação em um trecho de estrada já construido entre esta Capital e Votuverava, a cargo de José Antonio Gomes.

As despezas então feitas foram as seguintes :

Outubro	50\$000
Novemero	358\$500
Dezembro	271\$500
Janeiro.	412\$000
Total	1:089\$000

Estrada de Matto Grosso

Os serviços de conservação da estrada de Matto Grosso haviam sido contractados com o Major João Gualberto Franco de Bittencourt, durante os mezes de Julho a Dezembro do anno passado, do kilometro 0 ao 44, pela importancia mensal de 2:000\$000.

A 31 d'este ultimo mez resolvi de accordo com V. Ex. mandar fazer os serviços de conservação por administração.

Foi assim que em Janeiro incumbi da administração de taes serviços, com uma gratificação mensal de 150\$000, o Sr. Sebastião Müller.

As despezas feitas e conhecidas até a presente data foram as seguintes :

Fevereiro.	784\$900
Março	887\$500
Abril	945\$000
Maió	956\$230
Junho	634\$000
Julho	590\$750
Agosto	493\$000
Setembro	495\$300
Total	5:726\$900

Releva notar que o trecho actualmente em conservação é apenas 2 kilometros menos que aquelle cuja conservação era feita por contracto.

Estrada da Capital á Lapa

A 27 de Dezembro do anno passado incumbi Bortolo Pызatto da administração dos serviços de conservação desta estrada, percebendo a gratificação mensal de 120\$000.

As desperas effectuadas foram as seguintes :

Fevereiro.	307\$500
Março	587\$000
Abril	476\$000
Maió	438\$000
Junho	484\$000
Julho	400\$000
Agosto	359\$000
Setembro.	825\$000
Total	3.876\$500

Antigamente, ainda no anno de 1883, os serviços de conservação eram feitos por contracto e por 6.000\$000 annuaes.

Estrada da Graciosa

A conservação de um trecho dessa estrada tem estado a cargo de Antonio José Vieira a quem se paga a gratificação mensal de 120\$000.

Durante os mezes de Outubro, Novembro e Dezembro do anno passado, dispendeu-se a importancia de 72\$500 inclusive 72\$000 de concertos de uma ponte.

As despezas deste anno são as seguintes :

Janeiro	311\$000
Fevereiro	311\$000
Março	311\$000
Abril	354\$300
Maio	474\$000
Junho	413\$500
Julho	414\$000
Agosto	456\$000
Setembro	444\$000
Total	2:864\$000



Estrada do Tietê

A conservação dessa estrada, desde muito, que se acha a cargo de Antonio Rossignoli, como administrador, percebendo uma gratificação mensal de 120\$000.

Nos mezes de Outubro, Novembro e Dezembro do anno passado dispendeu a importancia de 402\$450 ; no corrente exercicio dispendeu-se

Janeiro	153\$000
Com ferramenta no mesmo mez.	16\$600
Fevereiro	479\$250
Março	666\$500
Abril	657\$750
Maio	727\$500
Junho	492\$000
Total	3.492\$600

O trecho da estrada que, da Lavra vai a Mandirituba estava reclamando grandes concertos, sob pena de ser impedido o transitio.

Autorisei por isto os Srs. Candido Machado & Irmão a mandarem fazer com toda urgencia os trabalhos que fossem indispensaveis nesse trecho, podendo dispender até a quantia de 2.500\$000.

Estes senhores acceitaram a incumbencia, sem remuneração alguma, e dispenderam :

Em Junho	4.086\$500
Em Julho	1.093\$500
Em Agosto	405\$000
Total	4.585\$000

Como vê V. Ex., dispenderam mais que o orçado a importancia de 85\$000 que tambem lhes mandei pagar.

Estrada da Campina Grande á Bocayuva

Desde muito que era insistentemente reclamada a construcção de uma estrada carroçavel que ligasse a villa da Campina Grande a de Bocayuva.

Havia mesmo um traçado já estudado pelo Auxiliar Technico d'esta Secretaria o Sr. Fernando Müller.

Os recursos orçamentarios, porém, só este anno permittiram que se desse começo definitivo aos trabalhos de construcção.

A 11 de Fevereiro nomeei Administrador Geral dos serviços o Sr. Antonio José de Carvalho com a gratificação mensal de 150\$000.

Até a presente data se ha dispendido :

Fevereiro	183\$500
Março	521\$500
Abril	1:213\$500
Maio	1:016\$250
Junho	519\$000
Julho	534\$750
Agosto	269\$000
Setembro	228\$750
Total	4:513\$250

Os trabalhos tem tido o mais regular andamento e acredito que terminarão dentro de 3 a 4 mezes.

Estrada da Lapa ao Rio Negro e Matta

Achava-me em serviço fóra d'esta Capital quando o então Director d'esta Secretaria, em minha ausencia, encarregou João Baptista Corrêa de administrar os serviços de conservação que fossem necessários na estrada que da Lapa vai ao Rio Negro e Matta, vencendo 480\$000 mensaes.

Durante os mezes de Janeiro e Fevereiro dispendeu, no primeiro, a importancia de 627\$500 e no segundo a de 420\$000.

Tendo solicitado exoneração que lhe concedi a 13 de Junho d'este anno, incumbi da administração dos mesmos serviços José Antonio Mattoso, percebendo uma gratificação mensal de 420\$000.

Este novo Administrador durante os mezes de Junho, Julho, Agosto e Setembro dispendeu a importância de 4:143\$000 assim distribuída :

Junho	200\$000
Julho	300\$000
Agosto	300\$000
Setembro.	343\$000
Total	4:143\$000

Estradas de Campo Largo ao Assunguy e Balsa Nova

O Prefeito Municipal da cidade de Campo Largo foi autorizado por esta Secretaria, a 27 de Fevereiro, a mandar fazer os serviços necessários n'estas estradas.

De accordo com a autorisação que lhe foi feita dispendeu :

Abril e }	4:358\$700
Maio }	
Junho	492\$800
Agosto	400\$000
Total	4:651\$500

Estrada de S. Jeronymo aos Campos do Vorá

A 19 de Fevereiro incumbi o Sr. Eduardo Cullen de mandar fazer os trabalhos de construcção de uma ligeira estrada que vá de S. Jeronymo aos Campos do Vorá.

Acceitando a incumbencia deu começo aos serviços, com os quaes ha dispendido até Agosto, as seguintes quantias :

Abril e Maio	2:379\$000
Junho	4:044\$000
Julho	4:380\$000
Agosto	960\$000
Total	5:733\$000

Estrada do Porto da União ao Jangada

A 13 de Fevereiro encarreguei Francisco Borges de Macedo de Administrar os serviços de conservação dessa estrada, percebendo uma gratificação mensal de 150\$000.

Os serviços começaram em Março e até a presente data se ha dispendido :

Março	209\$710
Abril	500\$000
Maio	843\$000
Junho	563\$000
Julho	696\$000
Setembro	290\$000
Total	3:401\$750

Estrada da Capital ao Campo Novo

A estrada que desta Capital vai ao Campo Novo é uma das que, diariamente, são frequentadas por grande numero de colonos de S. Felicidade e outros nucleos, situados nas suas immediações.



Achava-se ultimamente em pessimo estado de conservação e depois que ali mandei construir a ponte sobre o rio Bariguy, attendendo a constantes e reiteradas reclamações, resolvi mandar fazer os concertos encarregando Antonio Gonçalves Cordeiro Sobrinho da administração d'elles, a 15 de Julio.

Os trabalhos começaram immediatamente e até a presente data se ha dispendido :

Julho	275\$500
Agosto	500\$500
Setembro	732\$500

Total 4:508\$500

Ao mesmo Sr. Gonçalves Cordeiro incumbi de mandar fazer um pontilhão sobre o rio Uvú que atravessa a estrada, de accordo com o orçamento organizado que importou em 245\$458.

Estrada de Thomazina aos campos de Jaguariahyva

Foi incumbido dos serviços dessa estrada o Sr. Major Thomaz Pereira da Silva. A Secretaria, porém, ignora, até a presente data, se tiveram começo os trabalhos.

Estrada de Castro á Ponta Grossa

Em fins do anno passado reclamava diversos concertos a estrada que de Castro vem a Ponta Grossa.

Resolvi dividir a estrada em dous trechos ; o primeiro, de Castro ao rio Pitangny cujos concertos deixei a cargo do Illustre Prefeito da cidade de Castro ; o segundo, do Pitangny a Ponta Grossa a cargo do então Prefeito d' esta ultima cidade.

Os serviços do primeiro trecho importaram em 813\$000 ; os do segundo em 317\$000.

Estrada de Ponta Grossa á villa do Pirahy

Em um trecho que vai de Castro a Villa do Pirahy durante os mezes de Dezembro do anno passado e Janeiro e Fevereiro d' este anno o Prefeito Municipal da Cidade de Castro competentemente autorizado por esta Secretaria mandou fazer diversos concertos que importaram em 4.566\$500.

A 27 de Abril encarreguei Henrique Fieker da administração dos serviços de conservação de toda a estrada, percebendo a gratificação mensal de 150\$000.

As despesas conhecidas até Agosto, são :

Maio	475\$000
Junho	508\$400
Julho	496\$900

Total 4 478\$300

Estrada de Entre-Rios ao Tibagy

O Prefeito Municipal da Villa de Entre-Rios foi por mim devidamente incumbido de mandar fazer os concertos mais urgentes e indispensaveis n' essa estrada.

Até a presente data ignoro se tiveram começo os trabalhos.

Estrada da Restinga Secca ao Porto Amazonas

A 4 de Fevereiro d' este anno incumbi José Muniz de Figueredo de mandar fazer os concertos mais precisos n' este pequeno trecho de estrada.

Com o serviço dispendeu-se em Abril e Maio a importancia de 620\$650.

Estrada de S. José da Boa Vista á Barra Mansa

Ao Engenheiro João Fordie a 30 de Março dirigi o seguinte officio :

—o Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas e Colonisação. Officio n. 283. Curityba, 30 de Março de 1893. Sr. Engenheiro João Fordie. Afim de construir-se uma estrada de rodagem entre a Villa de S. José da Boa Vista e o rio da Barra-Mansa, resolvi nesta data encarregar-vos d' este serviço, dispendendo com elle até a quantia de 2.000\$000 por legua, comprehendidos pontilhões e boeiros de extensão de 4, ^m50.

A estrada deverá ter no leito 6 metros de largura e 3 de roçada para cada um dos lados, não devendo exceder de 8 % a sua declividade maxima.

Os pagamentos se effectuarão a vista de relatório minucioso dos serviços feitos, que deveis enviar a esta Secretaria a proporção que for a estrada concluida na extensão de uma legua e assim por diante. Saude e Fraternidade.—*João Baptista da Costa Carvalho Filho*.—

O Sr. Engenheiro Fordie aceitou as condições e preço estipulados acima, conforme communicação que me fez, na mesma data; mas, só ultimamente, pode dar começo ao serviço, devido a falta de trabalhadores.

Estrada da Capital á Bocayuva

A 27 de Fevereiro incumbi da conservação da estrada que desta Capital vai á Bocayuva o Sr. Carlos Falavinha.

As despezas effectuadas foram :

Março	680\$000
Abril	498\$000
Maió	881\$500
Junho	486\$600
Total	<u>2.546\$100</u>

Mandei suspender os serviços em 13 deste ultimo mez.

Estradas de Morretes

A 13 de Fevereiro incumbi de mandar fazer diversos concertos nas estradas de Morretes, o Prefeito desta cidade, Sr. Antonio da Costa Pinto.

Os serviços necessarios foram orçados, previamente, por um auxiliar da 4.ª secção da Secretaria e a vista de informações, foi mandado pagar, ao mesmo Sr. Prefeito, em Abril a importancia de 2.400\$000, em Agosto a de 2.000\$000.

Desta quantia deveria tirar a indispensavel para os concertos de duas pontes que foi tambem autorizado a mandar fazer, como já disse em outra parte deste relatório.

Estrada da Capital á S. José dos Pinhaes

Eram urgentes diversos concertos na estrada que d' esta capital vae a S. José dos Pinhaes. A 12 de Março incumbi Constante Typa de fazel-os, com uma gratificação mensal de 420\$000. As despezas effectuadas foram estas :

Fevereiro	216\$000
Março	594\$100
Abril	886\$000
Maió	864\$000
Junho	646\$000
Total	<u>3.307\$000</u>

Nestas importancias estão incluidas as despezas com reconstrucção da ponte sobre o rio Iguaçu.

Em fins deste ultimo mez dispensei o administrador e mandei suspender os serviços.

Estrada de S. José dos Pinhaes á Tijucas

Em 17 de Junho incumbi o tenente-coronel Roberto Borges de Abreu da administração dos serviços de construcção desta estrada.

As despezas effectuadas até Setembro são as seguintes :

Junho	466\$000
Julho	498\$000
Agosto	498\$000
Setembro	498\$000
Total	<u>4.660\$000</u>

Os serviços continuam com toda regularidade.

Estrada de Capivary á Bocayuva

Era quasi intransitavel o pequeno trecho de estrada entre o rio Capivary e Bocayuva. Encarreguei Hygino Guimarães Ribas, com uma gratificação mensal de 120\$000, de mandar fazer e administrar os serviços mais urgentes. Despendeu-se em tres mezes de serviço o seguinte :

Abril	513\$000
Maió	417\$000
Junho.	759\$000
Total	1.686\$000



Dispensei o Sr. Hygino da Administração dos serviços e mandei suspendel-os em fins de Junho.

Estrada de Paranaguá á Maria Luiza e á Alexandra

Desde muito que se reclamava concertos nestas estradas, no Municipio de Paranaguá. Incumbi o Sr. Prefeito Municipal de Paranaguá de mandar fazer os constantes de um orçamento, previamente organizado.

Os serviços tiveram começo em Fevereiro havendo necessidade de se dispender quantia superior a do orçamento, attentas as ponderações, que me fizera por vezes, o mesmo Sr. Prefeito Municipal.

Com os trabalhos desta estrada dispendeu-se :

Fevereiro	2:217\$300
Março	3:880\$000
Abril.	2:229\$000
Maió	4:837\$500
Junho	4:417\$500
Total	14:284\$500

Estrada de Bocayuva á Fronteira de S. Paulo

O Sr. Joaquim Antonio dos Santos Souza, a 5 de Setembro do corrente anno foi autorizado pelo Governo a mandar fazer os trabalhos de melhoramentos necessarios nessa estrada.

E' fora de toda contestação a necessidade urgente da construcção de uma boa estrada que, alem de atravessar fertilissima zona do nosso Estado, irá poderosamente concorrer para o desenvolvimento de nossas relações commerciaes com o visinho e prospero Estado de S. Paulo.

Estrada de Antonina ao Serro Azul

Tendo o Sr. coronel Joaquim Antonio de Loyola me communicado acharem-se concluidos os trabalhos de construcção desta estrada que era obrigado a fazer de accordo com as condições estatuidas no Acto que encampona a referida estrada, mandei examinal-a por um auxiliar tecnico da Secretaria.

Tendo obtido informações deste funcionario de que, effectivamente, o Sr. coronel Antonio de Loyola, havia terminado os serviços recebi a estrada que se acha franqueada ao transitto publico.

Estrada de Conchas á Imbituva e á Ipyranga

Os trabalhos de conservação destas estradas tem estado a cargo de Alexandre Bomfate que percebe uma gratificação mensal de 450\$000.

Com os trabalhos da primeira se dispendeu :

Outubro	797\$000
Novembro	364\$500
Dezembro	923\$500
Janeiro	913\$000
Fevereiro e Março	4:318\$000
Total	4:348\$000

Em fins deste ultimo mez autorisei o mesmo Sr. Bomfate a constituir uma turma para os trabalhos da estrada que de Conchas vai ao Ipiranga.

Com esta tem-se dispendido :

Abril e Maio	4:896\$000
Junho	632\$500
Julho	678\$000
Total	3:208\$500

Durante os mezes de Agosto e Setembro, com as duas estradas, dispendeu-se a importancia de 1:538\$000, sendo :

Em Agosto	716\$500
Em Setembro	821\$500
Total	1:538\$000

Estrada de Ponta Grossa á Conchas

A 16 de Fevereiro deste anno incumbi Militão José Pedroso de administrar os serviços de conservação desta estrada percebendo uma gratificação de 150\$000 por mez.

Até Junho, quando os serviços foram suspensos por minha ordem, se dispendeu :

Março	436\$000
Abril	640\$000
Maio	598\$000
Junho	396\$000
Total	2:060\$000

Estrada de Morretes á Porto de Cima

O Prefeito Municipal da villa do Porto de Cima foi por mim autorizado a mandar fazer concertos nessa estrada, nos mezes de Junho, Outubro, Novembro e Dezembro de 1894 e Janeiro de 1895.

Com esses serviços dispendeu-se a importancia de 2:070\$000 ; mas, como apesar de taes serviços, o transito ainda não podia ser franco e a ponte sobre o Nhundiaquára exigia alguns concertos, de novo, a 25 de Abril, autorisei o Sr. Prefeito Municipal á mandar fazer roçada nas margens da estrada, limpar as valletas lateraes e boeiros, concertar os pontilhões e pontes, tudo de accordo com instrucções que lhe transmittisse um Auxiliar Technico desta Secretaria.

Com este serviço dispendeu-se 2:798\$750, durante os mezes de Abril, Maio e Junho.

Estrada do Pirahy ao Capão das Almas

A 10 de Novembro do anno passado o Sr. Luiz Antonio de Sampaio Vianna foi incumbido de mandar fazer concertos nesta estrada.

A 15 de Dezembro, por intermedio da Agencia Fiscal da cidade de Castro mandou-se-lhe entregar a importancia de 1:000\$000 para attender as primeiras despesas.

Tendo a 17 de Março enviado conta dos serviços feitos na importancia de 4:368\$600, feito o devido desconto da quantia de 1:000\$000 que lhe foi adiantada, mandei-lhe pagar o saldo verificado de 368\$600.

A 15 de Maio, requisitado o pagamento da importancia que ainda lhe era devida de 390\$000, foi dispensado dos serviços.

Estrada de Antonina ao Saivá

Com essa estrada, cujos trabalhos de construcção se acham a cargo do Sr. Pedro Setragni, têm-se dispendido a importancia de 82\$000.



Canal

Canal do Sahy ao Boguassú

(GUARATUBA)

Desde muito que é reclamada a abertura de um canal entre os rios Sahy e Boguassú, no Município de Guaratuba.

Pedia-se a abertura d'esse canal como unico meio de comunicação que se poderia estabelecer entre os habitantes das margens do Sahy e o centro de consumo mais proximo no Estado que é Guaratuba.

Actualmente, taes habitantes se achão, devido a difficuldade de transportes, affastados deste centro, emquanto que buscão os de S. Francisco no Estado de S. Catharina, pois, para levarem a Guaratuba os generos que exportam precisão baldeal-os das canoas, no rio Sahy, para carroças; e desta, depois de percorrido pequeno trecho, para outras carroças, no rio Boguassú.

A Assembléa da extincta Provincia do Paraná teve occasião de reconhecer a necessidade deste canal consignando no orçamento para o exercicio de 1858 a verba de 2.000\$000 para os trabalhos de abertura.

Em vista do exposto e attendendo as mais constantes reclamações que me eram feitas, providenciei para que os serviços de abertura tivessem começo ainda dentro do corrente anno.

Em primeiro lugar mandei fazer os estudos e orçamento necessarios; e, de um relatorio, que a 18 de Setembro apresentou o auxiliar tecnico Jorge Galdino Nunes da Costa verifica-se que as despesas serão as seguintes:

7500 metros quadrados de roçada e derrubada a 40 rs.	300\$000
5583 cubicos de movimento de terra a 800 rs.	4.466\$400
Eventuaes 10%	446\$640
Total.	5.213\$040

De accordo com esse orçamento mandou-se fazer o serviço de roçada e derrubada, conforme a seguinte Portaria:

—«Secretaria d'Estado dos Negcios de Obras Publicas e Colonização. Curytiba, 16 de Outubro de 1895. Portaria. Sr. Manoel Antonio de Souza. Autoriso-vos a mandar fazer sob vossa administração o serviço de derrubada e roçada no trecho, já explorado pelo auxiliar tecnico Jorge Galdino Nunes da Costa, entre os rios Sahy e Boguassú desse Municipio, afim de ser aberto o canal de ligação entre os referidos rios. Como encarregado deste serviço vos será abonada uma gratificação a razão de 150\$000, a contar da data em que começarem os serviços. Das ferramentas indispensaveis e do salario dos trabalhadores, mandareis contas em duas vias a esta Secretaria para se providenciar sobre o pagamento. Saúde e Fraternidade. Pelo Secretario de Obras Publicas.—José Corrêa de Freitas, Director Geral da Secretaria.»

Os trabalhos sob a administração do zeloso Sr. Manoel Antonio de Souza vão tendo regular andamento.

Montaram a 271\$750 as despesas com a exploração e traçado, cujo pagamento foi requisitado por officio sob n. 857 de 16 de Setembro deste anno a Secretaria de Finanças.

Colonisação

Localisação de Immigrantes

A 31 de Dezembro do anno passado recebeu o Governo communição official do Delegado da Inspectoria Geral de Colonisação no Estado de ter passado para este o serviço de localisação de immigrants.

Por este tempo era conhecida aqui a lei orçamentaria da União na qual fora consignada a verba de 150.000\$000, como auxilio do Governo Federal para custear o serviço.

A lei orçamentaria do Estado para o exercicio corrente não havia designado verba para tal serviço e não permittia abertura de creditos extraordinarios ou supplementares.

Nestas condições, dispondo apenas do referido auxilio, tomou o Governo do Estado a si o serviço de localisação de immigrants, procurando organizal-o de forma a mais economica possível, como se verá adiante.

A organização do pessoal foi feita de accordo com o seguinte Decreto :

Decreto n. 15—DE 21 DE JANEIRO DE 1893.

O Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná

Considerando que pela lei orçamentaria da União, passou para o Estado o serviço de Colonisação, com uma subvenção annual de cento e cincoenta contos de reis (150.000\$000) e que urge organizar o serviço,

DECRETA :

Art. 1.º Para fiscalisar e dirigir todos os serviços concernentes a colonisação e immigração, fica creada uma repartição denominada «Inspectoria Geral de Colonisação do Estado», immediatamente subordinada ao secretario d' Estado dos Negocios das Obras Publicas e Colonisação de quem receberá ordens relativas aos serviços a seu cargo.

Art. 2.º A Inspectoria serão subordinadas as hospedarias de immigrants de Curytiba e Paranaguá, as commissões de localisação de immigrants do Rio Negro e Iguassú, e demais funcionarios.

Art. 3.º A Inspectoria será dirigida por um inspector geral, e o seu pessoal será de um escripturario, dois officiaes, um porteiro e um continuo.

Art. 4.º As commissões do Rio Negro e Iguassú, terão, cada uma, um chefe e um ajudante.

Art. 5.º A hospedaria da Capital será mantida com o pessoal de um administrador, ajudante, medico e guarda, e a de Paranaguá, com um administrador, e um guarda, servindo aquelle de encarregado de nucleos.



Art. 6.º Fica suprimido o lugar de encarregado de nucleos no Município de Ponta Grossa.

Art. 7.º Os funcionarios que constão do presente Decreto terão os vencimentos das Tabellas annexas e serão nomeados : O Inspector, Escriptuario, Officiaes, Administradores de Hospedarias, Medico e Chefe de Commissões, pelo Governador do Estado ; os demais, pelo Secretario de Obras Publicas.

Art. 8.º O Secretario baixará instrucções para perfeita execução do presente Decreto, continuando por emquanto, em vigor, o Regulamento que acompanha o Decreto do Governo Provisorio de n. 603 de 26 de Julho de 1890, e outras disposições que não contrariem as deste Decreto.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado do Paraná, em 31 de Janeiro de 1895, 7.º da Republica.—Francisco Xavier da Silva. João Baptista da Costa Carvalho Filho.

Tabellas dos vencimentos dos funcionarios a que se refere o Decreto acima :

INSPECTORIA GERAL DE COLONISAÇÃO.

Categoria	Ordenado	Gratificação	TOTAL
Inspector Geral	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
Escriptuario	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Official	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
»	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Porteiro	800\$000	400\$000	1:200\$000
Continuo	480\$000	240\$000	720\$000
Somma			12:720\$000



HOSPEDARIA DE PARANAGUÁ.

Categoria	Ordenado	Gratificação	TOTAL
Administrador	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Guarda	480\$000	240\$000	720\$000
Somma			3:720\$000

HOSPEDARIA DE CURITYBA.

Categoria	Ordenado	Gratificação	TOTAL
Administrador	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Ajudante	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Medico	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Guarda	480\$000	240\$000	720\$000
Somma			7:320\$000



COMISSÃO DO IGUASSU'

<i>Categoria</i>	<i>Ordenado</i>	<i>Gratificação</i>	<i>TOTAL</i>
Chefe	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
Ajudante	800\$000	400\$000	1:200\$000
Somma			6:000\$000

COMISSÃO DO RIO NEGRO.

<i>Categoria</i>	<i>Ordenado</i>	<i>Gratificação</i>	<i>TOTAL</i>
Chefe	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
Ajudante	800\$000	400\$000	1:200\$000
Somma			6:000\$000

João Baptista da Costa Carvalho Filho.

Como se vê das tabellas acima, só com o pessoal do serviço, se despense :

Com a Inspectoria Geral de Colonisação exclusive servente	12.720\$000
Com a Hospedaria de Paranaguá.	3.720\$000
Com a Hospedaria da Capital	7.320\$000
Com a Comissão do Iguassu	6.000\$000
Com a Comissão do Rio Negro.	6.000\$000
Total.	35.760\$000

Em 1894, por conta do Governo geral, de accordo com o orçamento organizado pelo então Delegado de Terras, Engenheiro Alberto Gaston Sengés, se dispndia a importancia de 79.320\$000, ou mais 43.560\$000; e, ainda para o corrente exercicio, a despeza orçada pelo ultimo Delegado da Inspectoria Geral, Adalberto Gelbecke, só com o pessoal do serviço, montava á 72.260\$000, ou mais 36.500\$000 que aquella que ora se dispense.

Ve-se pois, claramente, que dando a organização acima o Governo obedecera a mais completa e restricta economia.

Os diversos cargos creados pelo Decreto acima transcripto foram effectivamente preenchidos em fins de Janeiro ultimo e estão sendo exercidos pelos seguintes Srs. :

Inspectoria Geral de Colonisação do Estado

Inspector — Engenheiro Aristides Pereira Liberato.
 Escripturario — Marciano Theodozio da Cunha Bittencourt.
 Officiaes — Vicente Ferreira Dias e João Chrisostomo de Mattos.
 Porteiro — João Affonso Fernandes.
 Continuo — Thiago Candido Correia.

Hospedaria da Capital

Administrador — Tenente-coronel Aurelio Ribeiro de Campos
 Ajudante — Julio Pernetta.
 Medico — Dr. José Gomes do Amaral.
 Guarda — Bernardo Flezicoski.

Hospedaria de Paranaguá

Administrador — José Salé
Guarda — Lino Correia.

Commissão do Iguassú

Chefe da Commissão: — João Baptista de Castro e Silva.
Ajudante — Alfredo de Oliveira Vianna.

Commissão do Rio Negro

Chefe da commissão — Joaquim dos Santos Gama.
Ajudante — Laudelino Ferreira de Miranda.



Destes, excluidos o escripturario, officiaes da Inspectoria e Ajudantes das Comissões, os demais, erão funcionarios do Governo Geral que foram uns conservados, outros aproveitados nos diversos cargos mencionados acima.

Um anno de experiencia ne ha deixado ver a necessidade, ainda para restringir despezas, de, extinguindo a Inspectoria de Colonisação e o cargo de Ajudante da hospedaria da Capital, augmentar o pessoal da Secretaria com mais dois officiaes e crear o cargo de Superintendente Geral de immigração.

Com esta reforma haverá uma economia de 8.497\$200 pois as despezas com os cargos que pretendendo extinguir inclusive as com servente, expediente e aluguel de casa, montão, no todo, a 24.097\$200 e, ficarão reduzidas, com outro pessoal, a 12.600\$000.

Organizado o serviço, desde logo, surgiram serias difficuldades que tiveram origem na falta de entrega ao Estado da importancia total do auxilio da União, por entender o Exm. Sr. Ministro da Fazenda, que tal importancia não deveria ser entregue de uma só vez; mas, a proporção que fossem realizadas as despezas, de accordo com a seguinte circular que recommendou insistentemente, fosse observada pela Delegacia Fiscal:

« Circular n. 33. — Ministerio dos Negocios da Fazenda. Rio de Janeiro, 16 de Agosto de 1894. Declaro aos Srs. Delegados Fiscaes e Inspectores de Alfandegas, que as quantias postas a disposição dos Governos Estadoaes, não o são para que se lh'as entregue de uma só vez, mas unicamente afim de que as despezas sejam realizadas segundo as requisições d'elles, e pois, o dispendio de taes quantias é da competencia da Reartição Federal, na forma do processo ordinario estabelecido pela legislação fiscal em vigor a medida que os documentos forem processados, como foi prevenido na 2.ª parte da ordem de 20 de Outubro de 1860, publicada no Boletim do Governo d'esse mez, tomo 6.º — Felisbello Freire.»

Por este motivo, e apenas com adiantamento, foi aberto um credito de 50.000\$000 com o seguinte decreto:

Decreto n. 16 — DE 31 DE JANEIRO DE 1893.

O Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná

Considerando que em consequencia de ter passado para o Estado o serviço de colonisação, foi expedido o Decreto n. 15 d'este mez e anno, organisando as repartições a cujo cargo devè ficar tal serviço;

Considerando que o custeio d'este serviço corre pela verba para elle consignada no orçamento da União; e

Considerando que enquanto o Governo da União não faz a entrega da respectiva quantia ao Estado, convém que a administração fique competentemente habilitada a pagar os ordenados do pessoal da repartição de Colonisação, e as despezas com o transporte e localisação de immigrants, abrindo para isso um credito da quantia necessaria, que sendo por adiantamento, não importa violação da lei orçamentaria, nem a prejudica;

DECRETA:

Art. 1.º E' aberto a Secretaria de Obras Publicas um credito de cincoenta contos de reis (50.000\$000), para ser applicado ao pagamento das despezas com o pessoal e serviço de Colonisação do Estado.

Art. 2.º O credito de que trata o Art. anterior terá vigor enquanto não for entregue ao Estado a subvenção votada para esse serviço no orçamento da União.

Paragapho unico. Pela importancia d'esta subvenção se restituirá aos cofres do Estado a quantia que tiver sido dispendida por conta do presente credito.

Art. 3.º As despesas dos serviços de colonização serão escripturadas nas Secretarias de Obras Publicas e de Finanças sob a rubrica «Serviço Especial de Colonização».

Art. 4.º Os pagamentos serão effectuados pela Secretaria de Finanças mediante attestado de exercicio, quanto ao pessoal, e requisição do Secretario de Obras Publicas, quanto ao serviço em geral.

Art. 5.º O presente decreto será registrado nas respectivas Secretarias e archivado na de Obras Publicas.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado do Paraná, em Curytiba, 31 de Janeiro de 1895, 7.º da Republica.—*Francisco Xavier da Silva. João Baptista da Costa Carvalho Filho. Luiz Antonio Xavier.*

Mais tarde, em principios de Agosto deste anno, persistindo os motivos que deram causa a abertura do primeiro credito e sendo este insufficiente, foi aberto um outro de 100.000\$000 com o seguinte decreto :

Decreto n. 18—DE 12 DE AGOSTO DE 1895.

O Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná

Considerando que, em consequencia de ter passado para o Estado o serviço de localisação de immigrants, foram expedidos os Decretos n. 15 de 21 de Janeiro deste anno, organisando o serviço, e, n. 16 de 31 do mesmo mez e anno, abrindo um credito de cincoenta contos de reis para occorrer ao pagamento das despesas com o mesmo serviço até que fosse entregue ao Estado a subvenção de cento e cincoenta contos de reis, votada no orçamento vigente da União ; Considerando que não tendo sido recolhida aos cofres do Estado a importancia total desta subvenção persistem os motivos que deram lugar a abertura do credito de cincoenta contos pelo citado decreto de 31 de Janeiro deste anno ; e, Considerando, por fim, que este credito é insufficiente para attender as despesas com o serviço ;

DECRETA :

Art. 1.º E' aberto à Secretaria de Obras Publicas um credito de cem contos de reis (100.000\$000) para ser applicado ao pagamento das despesas com o pessoal e serviço de localisação de immigrants no Estado.

Art. 2.º Continuam em vigor as disposições dos artigos 2 § Unico, 3 4 e 5 do Decreto 16 de 31 de Janeiro de 1895 e ficam revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado do Paraná em Curityba, 12 de Agosto de 1895, 7º da Republica.—*Francisco Xavier da Silva—João Baptista da Costa Carvalho Filho.*

A Secretaria de Finanças, de accordo com os presentes Decretos, ha feito os pagamentos de despesas com o pessoal e serviço de localisação, requisitando depois á Delegacia Fiscal do Thesouro n'este Estado, a vista de contas devidamente selladas e com os necessarios recibos, que lhe são passados pelas partes, a entrega, por conta do auxilio, das importancias que assim vae adiantando.

Até a presente data se ha dispendido a importancia total dos creditos abertos pelos Decretos acima, me sendo impossivel, presentemente, discriminar as despesas, pois a maior remessa de immigrants para o Estado ha sido feita de fins de Agosto para cá e, devido a longa distancia em que fica situada uma das commissões, não se pôde, nesta data, conhecer com exactidão as suas ultimas despesas.

O Exm. Sr. Ministro da Viação e Obras Publicas, a quem o Estado do Paraná deve os mais relevantes e notaveis serviços, attendendo a constantes reclamações que por parte do Governo lhe fizeram os illustres representantes do Paraná no Congresso Nacional, resolveu mandar pôr a disposição do Governo do Estado, alem do auxilio, a importancia de 30:000\$000 para occorrer ás despesas com a localisação de immigrants, accressidas, consideravelmente, n'estes ultimos tempos, com as grandes remessas de immigrants que ha feito a Inspectoria Geral de Terras e Colonisação do Rio de Janeiro.

Os immigrants recebidos têm sido localisados no Rio Negro e Iguassú, onde existiam lotes medidos e demarcados por conta do Governo Geral e que convinha ao Estado aproveitá-los.

A permanencia de immigrants nas Hospedarias de Paranaguá e d'esta Capital tem sido muito reduzida, sendo que, ordinariamente, embarção de Paranaguá para esta Capital no mesmo dia em que ali chegam ou, no dia seguinte, nos casos de maior demora.

Aqui, depois de feita a relação necessaria, seguem immediatamente para as zonas que escolhem, ficando, apenas, na Hospedaria, aquelles que, devido a molestias, se acham em tratamento e são julgados, pelo medico da Hospedaria, impossibilitados de uma viagem. Assim, tem-se reduzido consideravelmente despesas que outr'ora se fazia improficuamente, com a permanencia delles nas Hospedarias.

Entraram 4.240 immigrants até a presente data, como se vê do quadro abaixo :



	NACIONALIDADES	QUANTIDADES	MAIORES	MENORES	RELIGIÃO	LOGARES ONDE ESTÃO LOCALISADOS				SAHIDOS EXPONTA- NEOS	OBITOS NA HOSPE- DARIA	NUMERO TOTAL
						Iguassú	Rio Negro	Jaguariaíva	Antonio Olyntho			
1	Russos . . .	33	22	11	Catholico							
2	Allemaes . .	8	4	4	»							
3	Italianos . .	27	18	9	»							
4	Portuguezes.	10	8	2	»							
5	Austriacos . .	4137	2599	1538	»							
6	Polacos . . .	19	15	4	»							
7	Suécos . . .	6	5	1	»							
	Somma . . .	4.240	2.674	1.569		4.863	4.692	40	304	325	46	4.240

Colonia Lucena

(RIO NEGRO)

A Colonia Lucena fora fundada em 1891, a 33 kilometros de distancia da villa do Rio Negro, em direcção ao Sul, onde se acha a sua séde.

Por occasião da passagem do serviço para o Estado nella existia grande numero de lotes devolutos que aproveitei mandando localisar immigrants.

Em fins de Julho, achando-se preenchidos todos os lotes vagos e convindo ao Governo aproveitar uma porção de terrenos devolutos existente entre as linhas Itacema, Candido de Abreu e S. Pedro, da mesma Colonia, contractei com Santiago Colle a medição de mais duzentos lotes, a 10 de Agosto, pelos preços e condições estipuladas no contracto que firmára.

A quasi totalidade dos lotes já se acham medidos e occupados por colonos.

Não existindo uma planta geral da zona colonizada do Nucleo Lucena, ao Sr. Inspector de Colonisação dirigi o seguinte officio :

—«Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação. Officio n. 631. Curityba, 4 de Julho de 1895. Snr. Dr. Inspector Geral de Colonisação.—Sendo de grande e urgente necessidade o levantamento da planta geral de toda zona colonial da Lucena, vos incumbo d'esse serviço, que deverá ter inicio desde logo. Em poder do Sr. Chefe da Commissão de localisação de immigrants do Rio Negro encontrareis plantas parciaes da Colonia que irão auxiliar o vosso trabalho.

Se tornar-se indispensavel um auxiliar para o serviço podeis contractal-o correndo todas as despesas por conta do credito aberto pelo Decreto n. 46 de 31 de Janeiro ultimo. Vos fazendo ver que a planta geral deverá ser a mais minuciosa e exacta possivel, asseguro-vos que o Governo saberá ter na devida conta mais este notavel serviço que prestareis a Administração. Saude e Fraternidade.—
João Baptista da Costa Carvalho Filho.»

A planta fora effectivamente organizada e já se acha o original nesta Secretaria.

Abrangendo uma grande parte do rio Negro, d'ella consta tambem a planta dos lotes medidos do Nucleo «Antonio Olyntho.»

Devido aos esforços do distincto funcionario que exerce o cargo de chefe da commissão de localisação de immigrants do Rio Negro, o quadro urbano da séde da Colonia se acha bastante adiantado, tendo havido, ultimamente, muitas construcções de casas.

E' notavel o progresso rapido dos immigrants ali localizados e creio que dentro de breves annos a Colonia Lucena, pela sua posição e fertilidade de seus terrenos, constituirá um dos maiores centros de agricultura e commercio do Estado.

Colonias do Iguassú

Situadas a grande distancia e não dispondo ainda de meios rapidos de communicação com esta Capital, ainda assim, têm progredido consideravelmente nestes ultimos tempos.

Quando o serviço de localização de imigrantes era feito pelo Governo da União ali existia uma comissão que foi mantida pelo Estado para aproveitar os lotes devolutos em numero superior á trezentos, situados na Colonia Rio Claro.

Nestes lotes foram effectivamente localizados os imigrantes que constam do quadro que deixei em outra parte d'este relatorio.

Auctorizei directamente o Sr. Chefe da comissão de localização de imigrantes do Iguassú a mandar construir uma estrada carroçavel entre a Colonia do Rio Claro e o Porto da Barra Feia, no rio Iguassú.

Os trabalhos de construcção desta estrada foram feitos com a maior brevidade e regularidade, tendo-se dispendido quantia relativamente pequena.

Logo depois de ter passado o serviço de localização de imigrantes para o Estado, chegou ao meu conhecimento que, em muitas colonias do Valle do Iguassú, como em muitas linhas do Nucleo Lucena, diversas pessoas, com manifesto proposito de uma exploração reprovada, haviam obtido titulos provisionarios de muitos lotes que, não cultivando, impediam, entretanto, que se os distribuisse pelos imigrantes chegados.

Para evitar este abuso baixei a seguinte portaria :

—«Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação. Portaria. Curityba, 3 de Julho de 1895. Ao Sr. Inspector Geral de Colonisação.—Tem chegado ao meu conhecimento que em diversas colonias do Estado, pessoas ha que depois de adquirirem titulos provisionarios de lotes, não tornam effectivas a cultura e morada habitual, deixando-os inteiramente incultos e inhabitados e sem que, ao menos, os cerquem. Levai, pois, ao conhecimento dos Srs. chefes de comissão do Rio Negro e Iguassú que, nesta data, resolvi marcar o praso de sessenta dias para taes pessoas tornarem effectivo o pagamento devido da importancia dos lotes que, perderão, no caso contrario. Para este fim deverão os Srs. chefes de comissão notificar aquelles que tenham titulos provisionarios, ficando entendido que o praso acima determinado começará a correr da data da notificação. A importancia correspondente a cada lote e mais a de 5\$000 de sello para cada titulo, serão entregues aos Srs. chefes de comissão que passarão os competentes recibos d'ellas e as enviarão com a maxima brevidade á esta Secretaria, para o fim de, recolhidas ao cofre do Estado, expedir-se os titulos definitivos.—*João Baptista da Costa Carvalho Filho.*»

Pelas colonias do Iguassú, como pelas demais do Estado, foi ultimamente mandado distribuir, em grande escala, sementes de trigo, compradas pelo Governo no Rio da Prata.

Colonia Antonio Olyntho

Já tendo sido localizados nos valles do Rio Negro e Iguassú imigrantes em numero sufficiente para garantir o rapido desenvolvimento d'aquellas zonas e sendo necessario fomentar o povoamento de outras zonas do Estado, resolveu-se crear um novo nucleo colonial no municipio da Lapa, no lugar denominado Agua Amarella, aproveitando assim uma grande porção de lotes ali medidos, por conta do Governo Geral, ha já algum tempo.

Pretendo, como justa homenagem prestada ao Exm. Sr. Ministro da Viação, pelos relevantes serviços que ha prestado ao Estado, que o novo nucleo se denomine—«Antonio Olyntho»—. Na cidade da Lapa se acham 304 imigrantes com destino a este nucleo.

Divida Colonial

A cobrança da divida colonial tem, no ultimo trimestre do anno passado e no corrente exercicio, produzido os melhores resultados.

A arrecadação subio á quantia superior, conforme se vê dos dados abaixo, que me foram fornecidos pelo encarregado da referida divida :

Arrecadação do ultimo trimestre de 1894.	1:648\$241
Arrecadação de 1º de Janeiro a 23 de Outubro de 1895 :	
Por saldo	62:828\$605
Por conta	2:328\$232
Total	66:805\$078

A importancia arrecadada no corrente exercicio, por colonias, assim se distribue :



POR SALDO :			
Lamenha	4:982\$196	Antonio Prado	210\$300
D. Marianna	2:664\$248	Palmira	810\$400
Maria Augusta	3:274\$248	Taunay	578\$200
Inspector Carvalho	268\$640	Kitto	95\$660
Maria José	4:220\$960	Euphrosina	478\$500
Thomaz Coelho	6:937\$490	Muricy	430\$400
S. Matheus	784\$240	Estrada Estrategica	250\$000
S. Gabriella	3:810\$632	Maria Luiza	165\$000
S. Candida	4:449\$080	Rio dos Patos	472\$000
S. Ignacio	5:541\$460	D. Augusto	777\$300
S. Christina	212\$400	D. Pedro	4:092\$200
Lucena	4:257\$599	Total	62:828\$605
Presidente Faria	3:939\$600		
Antonio Rebouças	4:260\$760	POR CONTA :	
Orleans	4:749\$400	Presidente Faria	4:442\$000
Rio do Pinto	544\$900	Balbino Cunha	230\$000
Revière	8:842\$280	S. Candida	200\$000
S. Venancio	2:068\$000	S. Ignacio	270\$000
Argelina	587\$400	Palmira	113\$232
Sesmaria	87\$640	Argelina	400\$000
Marques	220\$700	Maria José	90\$000
Rio Sagrado	271\$800	Thomaz Coelho	70\$000
Assunguy	4:924\$160	S. Gabriella	400\$000
Alfredo Chaves	337\$700	Total	2:328\$232

A vista dos pagamentos effectuados foram passados titulos definitivos em numero de quatrocentos e quarenta e oito, assim distribuidos :

Lamenha	73 titulos	Marques	2 titulos
D. Marianna	22 »	Rio Sagrado	1 »
Maria Augusta	23 »	Assunguy	12 »
Inspector Carvalho	2 »	Alfredo Chaves	3 »
Maria José	10 »	Antonio Prado	1 »
Thomaz Coelho	61 »	Palmira	9 »
S. Matheus	7 »	Taunay	4 »
S. Gabriella	16 »	Kitto	2 »
S. Candida	9 »	Euphrosina	1 »
S. Ignacio	38 »	Muricy	9 »
S. Christina	5 »	Estrada Estrategica	3 »
Lucena	49 »	Maria Luiza	1 »
Presidente Faria	47 »	Rio dos Patos	2 »
Rio do Pinto	2 »	D. Augusto	6 »
Revière	47 »	D. Pedro	4 »
S. Venancio	8 »		
Argelina	5 »	Total	448 »
Sesmaria	2 »		

No fim do corrente anno, com os dados que me forem fornecidos pelas repartições incumbidas do serviço de localização de immigrants, apresentarei a V. Ex. um relatório especial sobre o serviço com a indicação e descriminação das despesas effectuadas e das que terão de ser feitas, durante o anno vindouro, com immigrants chegados este anno.

Terras e Minas

Legislação sobre Terras e Minas

Afora as leis n. 68 de 20 de Dezembro de 1892 e seu respectivo regulamento de 8 de Abril de 1893 e n. 409 de 23 de Julho de 1894 e seu regulamento de 27 de Dezembro de 1894, muitos decretos tem sido expedidos pelo poder executivo com o fim de reformar, principalmente, diversas disposições do regulamento de 8 de Abril, já referido.

Para o fim de evitar confusões mandei reunir em um volume, tudo que havia de legislação sobre terras e minas.

Este trabalho de codificação que foi organizado pelo Bacharel Leonardo Macedonia Franco e Souza, por mim devidamente autorizado, além de todas as leis, decretos, regulamentos e actos sobre terras e minas contem um indice alphabetico e muitas notas.

Registro de Terras

Por decreto n. 2 de 23 de Junho de 1894 foi determinado que o registro de terras mencionado nos arts. 2, 3 e 4 de lei n. 68 de 29 de Dezembro de 1892, seria feito dentro do praso improrogavel de 30 mezes, a contar da data do Regulamento de 8 de Abril de 1893.

Quiz assim o Governo espaçar por mais algum tempo o praso marcado no artigo 125 do citado regulamento, pois, uma parte d'elle correrá durante o periodo em que a invasão revolucionaria convulsionou o Estado e desorganizou-lhe o serviço.

Accrescia que o primitivo praso deveria terminar a 8 de Novembro do anno passado e a contar da data do restabelecimento do Governo Constitucional no Estado era, manifestante, curto e insufficiente, para os possuidores de terras effectuarem o respectivo registro.

O novo praso marcado pelo decreto n. 2 já referido, determinou a 8 deste mez.

Não devo deixar passar sem reparo os abusos que se deram em diversos pontos do Estado por occasião do registro das terras.

Pela minha parte, consciente de que tratava-se de um serviço de grande utilidade para o Estado nem uma só vez deixei de attender as reclamações que chegaram ao meu conhecimento; ora, dando minuciosas instrucções aos encarregados do serviço para que o fizesse obedecendo as disposições das leis que regulam a materia, ora, dando sciencia dos abusos que se commettia e indicando os mais necessarios e legaes para evital-os.

Aos Srs. Commissarios de medição de terras, a proposito, dirigi a circular seguinte :

—«Secretaria d' Estado dos Negocios das Obras Publicas e Colonisação. Circular. Curitiba, 8 de Abril de 1895. Constando-me de fonte fidedigna que no registro de terras que se está precadendo, pessoas ha que registram como anteriores a 15 de Novembro de 1839, posses fantasticas, que, reunidas, no caso de serem legitimadas darião propriedades de vastas extensões territoriaes, a pretensos posseiros, recommendo-vos que, quando tiverdes de proceder á legitimação de algumas das alludidas posses, trateis de verificar, com o maior escrupulo, os requisitos de cultura effectiva e moral habitual de quem de direito, constituidos antes de 15 de Novembro de 1839; bem como, que na medição, não seja excedida a area legal, devendo, no caso das declarações dadas a registro ultrapassarem os limites de tal superficie, serem obrigados os respectivos posseiros a pagar ao Estado a importancia



correspondente ao excesso, calculado o valor, de accordo com o acto n. 35 de 18 de Abril de 1895. Por occasião de conhecer desses processos verificará o Governo se foram, fielmente, cumpridas as recommendações que ora são feitas e, igualmente, verificará se foram observadas outras formalidades legais. No caso de irregularidade substancial serão annulladas as medições d'ella inquinadas e se procederá, na fórma das leis, contra os funcionarios culposos. Conto com a vossa boa vontade e dedicação ao serviço publico e espero que tudo envidareis para acabar com taes abusos que redundam em grave prejuizo para o Estado. Saude e Fraternidade.—*João Baptista da Costa Carvalho Filho.*— Ao Sr. Commissario de medição de terras da Comarca de.....»

São passados vinte dias que terminou o praso para registros e, ainda hoje, não pode a Secretaria conhecer o numero exacto das posses que foram registradas, pois, tendo havido grande agglomeração de requerimentos, pedindo registro, nos ultimos dias do praso, os encarregados do serviço, ainda se preocupam com o lançamento no livro competente, de accordo com a seguinte Portaria :

—«Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação. Curityba, 7 de Outubro de 1895.—De ordem do Exm. Sr. Dr. Governador do Estado, em solução á consultas que lhe foram apresentadas, se faz publico que devem ser admittidos ao registro de que trata o Regulamento de 8 de Abril de 1893 as terras cujos possuidores o requereram e obtiveram despacho dentro do praso legal, mas que, por affluencia de trabalho os encarregados d'este serviço não puderam fazer os necessarios lançamentos nos livros competentes, dentro do mesmo praso.—*José Corrêa de Freitas*, Director Geral da Secretaria.»

Terras para patrimonio das Camaras

O artigo 90 do capitulo V do Regulamento que baixou com o Decreto n. 1 de 8 de Abril de 1893, determinou que ficariam reservadas ás terras devolutas existentes na zona de 3 kilometros das sédes dos municipios, afim de constituirem patrimonio das respectivas camaras.

Em tempo expedi circulares aos Srs. Prefeitos Municipaes fazendo-lhes sciente de que a 8 de Abril do corrente anno terminaria o praso maximo marcado no art. 91 do citado Regulamento para medição e demarcação das terras, por conta das camaras.

Apenas a Camara Municipal da villa da União da Victoria mandou fazer a medição no praso referido, perdendo, por isso, as demais camaras municipaes do Estado, a concessão feita pelo art. 90, já citado.

Venda e aforamento de terras

No corrente anno tem apparecido diversos pretendentes a compra e aforamento de terras devolutas do Estado.

Dentre os que se propoem a compra, alguns a tem requerido pelo preço minimo da lei para o fim de localisar immigrants.

Todos os requerimentos têm obtido despachos que são exarados de accordo com as disposições do Regulamento de 8 de Abril.

Ainda não me foi possível dar o andamento preciso aos processos de descriminação, medição e demarcação das terras requeridas, por compra, para localisar immigrants, porque dispondo o art. 158 do citado Regulamento, que em taes processos se deverá observar instrucções que para isso forem baixadas, devido ao accumulo de serviço, n'estes ultimos tempos, não consegui organisal-as para submeter á approvação de V. Ex. o que, entretanto, farei dentro de breves dias.

Os aforamentos de terras têm sido feitos, até a presente data, a razão de 100 rs. por hectare ou mais 50 rs. que o preço determinado em lei.

Julgo, portanto, de grande conveniencia para os interesses do Estado, elevar se o preço actual.

Commissarios de medição de terras

Em meu relatorio passado, tive occasião de dizer á V. Ex. :

«A pratica de quasi dous annos ha deixado a evidencia a necessidade de ser alterado o regulamento no sentido de dividir o Estado em tantos commissariados de medição de terras quantas forem as comarcas, pois, d'esta forma, extinguiremos difficuldades que tem origem na falta de pessoal idoneo para tantos districtos, quantos são os municipios, conforme a divisão actual.»

Attendendo a esta justa ponderação, mandou V. Ex. que baixasse o Decreto n. 47 de 8 de Abril d'este anno, pelo qual os districtos de medição de terras de que trata o art. 35 do Regulamento de 8 de Abril de 1893 comprehendem cada um, uma comarca do Estado, tendo como divisas as divisas d'estas, em quanto o trabalho não for generalizado e não forem precisas outras divisões.

De accordo com este Decreto foram nomeados commissarios de medição de terras :

- Comarca da Palmeira—Agrimensor Gaston Pinot.
- Comarca da Lapa—Engenheiro Odilon Pereira de Souza.
- Comarca de Ponta Grossa—Engenheiro Luiz de Castro Gonçalves.
- Comarca de S. José da Boa Vista—Engenheiro João Fordie.
- Comarca de Guarapuava—Agrimensor Carlos Leopoldo Filiposki.
- Comarca de Campo Largo—Agrimensor Diogo Felício dos Santos.
- Comarca de S. José dos Pinhães—Interinamente, o mesmo.
- Comarca do Serro Azul—Engenheiro Augusto Turek.
- Comarca de Antonina—Agrimensor Francisco Pio Pedro.
- Comarca de Paranaguá—Agrimensor Pedro Aloys Scherer.
- Comarca do Tibagy—Agrimensor Joaquim Floriano do Espírito Santo.
- Comarca de Castro—Interinamente, o mesmo.
- Comarca de Palmas—Agrimensor Max Brand.

Legitimação de posse

De trez relações que vão annexas ao presente relatório verá V. Ex. na primeira, o numero das posses que, tendo sido legitimadas, foram passado os respectivos titulos pela Secretaria, a contar de 3 de Novembro do anno passado a esta data ; na segunda, o numero das que, tendo sido approvadas, não foram, entretanto, solicitados os competentes titulos ; e, na terceira, o numero de processos que estão em andamento.

De todas constão os nomes dos requerentes, os municipios onde se acham situadas as posses, as datas de approvação do processo, area que cada posse contem e, finalmente, a importancia do imposto de sello correspondente a cada titulo.

Minas

O Engenheiro Julio Carrey, Ernesto de Campos Lima, Claudio Guimarães, Domingos de Araujo Ribas, Pedro Mariano Ribas, Nestor Guimarães, Anacleto Pereira Bueno e Brazilino Ribas, a 28 de Novembro do anno passado, requereram concessão, na forma da lei, de uma area de terreno situado na bacia hydrographica do rio Tibagy, na zona comprehendida entre o rio Iguassú no lugar denominado Porto Amazonas e o rio Tibagy no lugar denominado Balsa, onde pretendem, por si ou por companhia que organisarem, explorar carvão de pedra, kerozene e outros mineraes.

Requereram, igualmente, que lhes fosse concedida parte correspondente dos terrenos devolutos situados entre os rios Quatro-pernas e Cará-Cará, dentro dos limites geographicos da zona indicada no mappa que apresentaram, á margem da estrada de ferro e os nucleos D. Mathilde e Botuquara, com uma largura de quatro kilometros e um comprimento de dez, afim de ahí serem estabelecidos :

- a) — As machinas e aparelhos necessarios para a exploração da bacia carbonifera do Tibagy ;
- b) — Uma serraria destinada a utilizar os mattos do Capão Grande, de propriedade do cidadão Domingos de Araujo Ribas ;
- c) — Um grande deposito de cal fabricado no lugar denominado «Fabrica», de propriedade do cidadão Pedro Mariano Ribas ;
- d) — Uma fabrica de cimento da mesma qualidade de que nos vem no estrangeiro, de Portland ;
- e) — Uma villa com habitações necessarias para o pessoal das officinas e operarios em geral.

O pedido d'esta concessão, na forma do art. 15 do Regulamento que baixou com o Decreto n. 3 de 17 de Dezembro de 1894 e art. 12 da Lei n. 109 de 23 de Julho do mesmo anno, foi publicado, officialmente, por espaço de noventa dias, não tendo havido reclamação alguma.





Mappa do Estado

Devido o augmento dos serviços de obras publicas a 1.ª secção da Secretaria não poude até a présente data preocupar-se com os trabalhos do novo Mappa do Estado.

Me parece opportuno lembrar a V. Ex.ª a necessidade de ser nos orçamentos do Estado designada, annualmente, uma pequena quota para ser applicada exclusivamente á este serviço.

Sobre a organização do Mappa, em meo relatorio passado tive occasião de dizer a V. Ex.ª o seguinte :

—«O unico mappa existente é do Engenheiro Rivierre, construido na escala de 1:600.000 e publicado em 1876, o qual, porem, não abrange uma parte do territorio pertencente ao Estado, comprehendida entre os rios Iguassú e Uruguay. O trabalho sahio muito incompleto e, em algumas partes, errado, sendo, entretanto, forçoso convir que, com os documentos n'aquella epocha existentes, outro não poderia ser.

Attendendo á grande necessidade de um mappa completo, o quanto possivel, tenho deliberado projectar novo, servindo-se, a secção competente, para este fim, de todos os trabalhos de exploração, medição, levantamento etc, feitos nestes ultimos annos, e que augmentarão consideravelmente, as noções que até hoje se tem da vasta região inexplorada de Norte e Oeste do Estado que constitue os sertões dos municipios do Tibagy, Guarapuava e Palmas.

As bases estabelecidas pela secção technica para a construcção deste mappa são estas :

- 1.ª O mappa será construido na escala de 1:400.000 em quatro folhas de 0,800×0,926.
 - 2.ª Do systema geral orographico e hydrographico serão traçadas as partes exploradas e as que em virtude de documentos, fiquem perfeitamente conhecidas, deixando em branco as zonas desconhecidas, as serras cuja direcção geral não seja acertada e ponteados o curso provavel dos rios até agora inexplorados.
 - 3.ª Serão indicadas, em metros, as altitudes conhecidas sobre o nivel do mar.
 - 4.ª Serão traçadas todas as linhas telegraphicas e as estradas de ferro construidas, em construcção e exploradas, deixando-se, porem, de indicar aquellas simplesmente projectadas por serem, na maior parte, de problematica execução.
 - 5.ª Serão delineadas tambem todas as estradas de rodagem, vicinaes e caminhos.
 - 6.ª Serão indicadas as colonias do Estado, dos municipios e de particulares, emancipadas ou não.
 - 7.ª Serão demarcados os limites dos municipios e indicados os nomes e posições das cidades, villas, freguezias e povoados, com as redes de viação.
 - 8.ª Serão indicados os rios que podem ser navegaveis, os em que existe, actualmente, regular navegação e os que não são navegaveis ; taes como, saltos, cachoeiras, corredeiras, baixas etc.
 - 9.ª Obtidas as informações possiveis e precisas serão tambem discriminados, mediante uma tinta diversa e designada, os terrenos pertencentes ao Estado.
- Para o fim de ser concluido este trabalho de modo satisfactorio e com uma despeza relativamente diminuta é necessario proceder-se a trez especies de pesquisas :
- I. Reunir todos os planos de explorações de rios, medições de terras e levantamento de zonas que até hoje tem sido feitas.
 - II. Requisitar das camaras municipaes e commissarios de terra as informações que poderem fornecer e serviços que são, esses ultimos, por lei, obrigados a prestar, (art. 43 do Regulamento que baixou com o dec. n. 4 de 8 de Abril de 1893).
 - III. Explorar os rios e as zonas ainda desconhecidas.

Pelas investigações que tem procedido o pessoal da secção technica consta a existencia dos seguintes documentos que são necessarios para a organização do mappa e dos quaes se precisa, ao menos de uma copia, quando não seja possível conseguil-os em original.

- 1.º Exploração do rio Ivahy pelo engenheiro Gustavo Rumbélsperger em 1865.
- 2.º Exploração do mesmo rio pelo engenheiro Keller em 1863 e 1866.
- 3.º Ainda a exploração do mesmo rio pelo capitão Palm em 1874 e 1875.
- 4.º Exploração do rio Iguassú pelo engenheiro Keller em 1866.
- 5.º Exploração para construção de uma estrada de ferro de Curityba até em frente ás ruínas de Villa Rica, margem direita do rio Ivahy, feita pelo engenheiro William Lloid em em 1874, conforme o relatório seu de Julho de 1873.
- 6.º Exploração para a construção de uma estrada de ferro de Guarapuava até a corredeira de ferro no rio Ivahy, feita pelo engenheiro Rebouças em 1869.
- 7.º Exploração do engenheiro Beaurepaire Rhoan de Guarapuava a fôz do Iguassú passando pelo Chagü.

Attribue-se que taes documentos, enumerados acima, existem no Ministerio da Viação da Capital Federal para onde foram enviados, depois que o engenheiro Rivierre construiu o mappa do Paraná.

8.º Limites da marinha com o Estado de S. Paulo, até as controvertentes do rio Itararé. Commissão do Dr. Aché em 1875.

Deve existir este documento no Ministerio da Viação.

9.º Estrada de Joinville á Curityba, pelos Ambrosios. Commissão do dr. Tourinho em 1865 a 1867. No Ministerio da Viação.

10. Estrada do Rio Negro até a Encruzilhada. Commissão do Dr. Morinelli em 1869; existe também no Ministerio da Viação.

11. Estudos para o canal do Varadouro, também no mesmo Ministerio.

12. Planta da zona contestada com a Republica Argentina. Commissão do Barão de Capanema. Existe no Ministerio das Relações Exteriores.

13. Planta do rio Uruguay, limites com o Estado do Rio Grande do Sul. No Ministerio da Agricultura ou na Secretaria de Obras Publicas d' aquelle Estado.

14. Planta dos estudos para uma estrada de ferro de Cachoeira á margem do Rio Pardo. Concessão Vasconcellos. Existe no Ministerio da Viação.

15. Plantas dos estudos da estrada de ferro de S. Maria da Bocca do Monte a Itararé. Trecho comprehendido entre os rios Uruguay e Itararé e ramal de Guarapuava. Concessão Teixeira Soares. Deve existir no Ministerio referido.

16. Plantas das estradas estrategicas e colonias militares do Estado. No Ministerio da Guerra.

17. Planta marinha do littoral. No Ministerio da Marinha.

18. Rede geral das linhas telegraphicas do Paraná e planta das picadas de explorações. No escriptorio do Engenheiro chefe do districto telegraphico neste Estado.

19. Planta dos limites com o Estado de S. Catharina. Na Directoria de Obras Publicas d' aquelle Estado.

20. Exploração do rio Paranapanema e limites com o Estado de S. Paulo. Commissão geodesica de S. Paulo em 1892 ou 1893. Deve existir na Secretaria de Obras Publicas d' aquelle Estado.

21. Planta da estrada de ferro do Paraná e seus prolongamentos e ramaes, no escriptorio da Directoria da Companhia.

22. A Sociedade Geographica do Rio de Janeiro pode fornecer também dados importantes, especialmente, em relação a posição geographica das cidades, villas, barras dos principaes rios etc.

Nesta Secretaria existem os seguintes documentos que podem ser aproveitados :

I. Planta de uma parte dos rios Tibagy e Paranapanema do engenheiro Hegreville.

II. Planta da estrada e picadas de Curityba á Joinville pelo mesmo engenheiro.

III. Planta do alto Tibagy e de uma ponte no Rio Imbituva pelo agrimensor Gelbeck.

III. Exploração de uma estrada de ferro de Antonina até Serro Azul. Concessão Araujo.

V. Numerosas plantas de vastas propriedades particulares, situadas nos diversos municipios do Estado; e finalmente,

VI. Um exactissimo mappa na escala de 1.400.000 de uma parte da ex-provincia do Paraná, comprehendendo os levantamentos feitos para a construção de linhas telegraphicas em 1882 á 1885.

As informações a pedir aos municipios consistem nos limites territoriaes de cada um; os nomes das cidades, villas, freguezias e povoados; as distancias das mesmas da séde do municipio, indicando quaes as estradas e caminhos que as ligam entre si; e nome e percurso dos principaes rios que atravessam ou nascem no municipio. Aos commissarios de terra uma relação detalhada das terras medidas e demarcadas; das terras que tenham de ser legitimadas e das colonias installadas nas zonas onde exercem suas funcções.

Sendo impossivel nas actuaes condições financeiras proceder a uma triangulação e levantamento topographico do territorio do Estado, a Secretaria tem que limitar-se á organização de um mappa com os documentos existentes e que tenho acima enumerado, além de muitos outros que podem apparecer no occorrer do serviço.



Ha zonas, porém, que são completamente desconhecidas e rios, cujos cursos são ignorados, de forma que, noticia alguma, se possui em relação aos mesmos.

Para preencher estas lacunas será de grande proveito iniciar algumas explorações; e, para que d'esse trabalho possa o Estado auferir maiores vantagens, se deverá incumbir, ao pessoal que for encarregado d'esse serviço, de verificar e informar sobre a navegabilidade dos principaes rios e seus afluentes, a natureza dos terrenos explorados, os productos naturaes—animal, vegetal e mineral, as culturas de que o solo será susceptível, indicando quaes as zonas que de preferencia se deverão colonisar, e, ao mesmo tempo, estudar por onde se possa construir estradas, com a maior economia, afim de abrir á industria, ao commercio e á civilisação o immenso sertão, uma das maiores riquezas do Paraná.

E' sabido que, na parte norte do Estado, especialmente nos valles dos rios Itararé, das Cinzas, Tibagy e Paranapanema, já se iniciou em grande escala o plantio do café que é producto agrícola dos mais ricos e remunerador e que pode por isto supportar fretes de transporte; é sabido, igualmente, que por falta de estradas, entre o lugar da produção e os nossos centros de consumo, o café é transportado ou para o Estado de Matto Grosso, pelo rio Paranapanema, ou para o visinho Estado de S. Paulo, pelos caminhos de cargueiros que, sahindo dos valles do Itararé e rio das Cinzas, se dirigem aos ultimos ramaes das estradas de ferro d'aquelle Estado, resultando disto, prejuizo consideravel para os cofres do Estado, que não pôde perceber os direitos de exportação sobre seus productos e afastando, assim, dos nossos mercados, em favor de outros dos Estados limitrophes, o commercio de permuta entre os productos do sólo e os generos importados.

Dá-se o mesmo na extensa e riquissima zona a oeste de Guarapuava, entre os rios Iguassú e Ivahy até o rio Paraná; pois, existindo n'este ultimo rio facilima via de navegação, podem os productos naturaes e agricolas escoar-se em procura dos grandes mercados platinos.

Estas considerações servem para demonstrar que a exploração de certas zonas, ainda desconhecidas, além de concorrer para a boa organização do mappa completo do Estado, trará outras grandes vantagens.

Para este duplo fim, me parecem mais opportunas as seguintes explorações:

- 1.^a Exploração do rio Itararé, de S. José do Christianismo até sua barra no rio Paranapanema.
- 2.^a Exploração do rio das Cinzas e principaes afluentes, de Thomazina até sua barra, no Paraná.
- 3.^a Exploração do rio Paranapanema, da barra do rio das Cinzas até sua barra no Paraná.
- 4.^a Exploração do rio Ivahy, da colonia Thereza até sua fóz no Paraná e por este abaixo até as Sete Quedas. Subindo o curso do Pequery se deverá explorar o valle deste rio e o rio do Cobre, sua principal cabeceira, até agora completamente desconhecida.

Assim, em trez annos, no maximo, com uma despeza annual de nunca mais de dez contos de reis poderá estar prompto, segundo as bases acima estabelecidas, o mappa geral do Estado.

Senão for trabalho completo em todos os seus detalhes será, quando menos, exacto nas suas linhas principaes e poderá servir de base a trabalho mais perfeito, quando novos estudos e explorações venham augmentar os nossos conhecimentos.

Estas informações me foram prestadas pela secção technica.

Navegação subvencionada

Continúa a ser subvencionada pelo Estado a navegação directa entre o Porto de Paranaguá e o de Hamburgo, na Allemanha.

Pelo contracto firmado n'esta Secretaria, os contractantes A. C. de Freitas & Comp. obrigão-se a fazer tocar os seus vapores, uma vez por mez, no porto de Paranaguá e sendo possivel no de Antonina, durante os tres primeiros annos do contracto; duas vezes por mez, nos dous ultimos annos, percebendo por isto a titulo de subvenção duas mil libras sterlinas, annualmente, pagaveis por quartéis vencidos e a vista de attestados do Fiscal do Governo.

Os Srs. A. C. de Freitas & Comp. têm cumprido até a presente data as obrigações do seu contracto.

A Companhia de Navegação e Pesca, representada por Gustavo L. Lajus, por um contracto firmado n'esta Secretaria, a 13 de Março de 1893, havia se obrigado a estabelecer e manter uma linha regular de navegação a vapor entre os portos de Antonina, Paranaguá, Guarakesava e Superaguy, com uma subvenção mensal de \$33\$333 durante 4 annos.

Ultimamente, a 7 de Novembro de 1894, tendo obtido informação do Fiscal do Governo de que a Companhia não cumpria com as obrigações de seu contracto, foi este rescindido com o seguinte decreto:

Decreto n. 14—DE 29 DE DEZEMBRO de 1894.

O Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná

Considerando que, desde 16 de Dezembro do anno proximo passado, a Companhia Navegação e Pesca não tem cumprido com as obrigações do seu contracto firmado na Secretaria de Obras Publicas a 13 de Março de 1893, conforme atesta o Fiscal do Governo em officio sob n. 35 de 7 de Novembro de 1894 ;

Resolve rescindir o contracto pelo qual a Companhia Navegação e Pesca, com séde em Antonina, se obrigou a manter uma linha regular de navegação a vapor entre os portos d'aquella cidade, Paranaguá, Guarakessaba e Superaguy, e multar-a em 50 % sobre a subvenção de um anno, tudo de acordo com a clausula 9ª do referido contracto.

Palacio do Governo do Estado do Paraná em Curityba, 29 de Dezembro de 1894, 6ª da Republica.—
Francisco Xavier da Silva—João Baptista da Costa Carvalho Filho.

Deligencias

O Governo firmou e mantem os seguintes contractos :

De 30 de Dezembro de 1892, contracto firmado com Benedicto Pereira da Silva Carrão, para serviço de deligencias no interior do Estado entre Restinga Secca e Castro, Ponta Grossa e S. Antonio do Imbituva, Castro e Jaguariahyva com a subvenção mensal de 893\$333 ; e, entre a Capital e Campo Largo, com subvenção tambem mensal de 150\$000.

De 7 de Janeiro d'este anno, contracto firmado com João Francisco Guimarães Netto, para o serviço de Deligencias entre esta capital e S. José dos Pinhaes, com a subvenção mensal de 99\$000.

Um e outro contracto terminarão a 31 de Dezembro e me parece de conveniencia a extincção d'este serviço.

Catechese de Indios

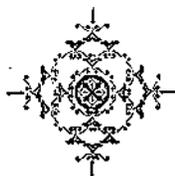
Continuão a ser mantidos pelo Estado os Aldeamentos de S. Jeronymo e S. Pedro de Alcantara, para o que foi designado no orçamento vigente a verba de 6:000\$000.

Por conta d'ella têm se feito pagamentos de despezas realizadas no corrente exercicio como, por conta do credito aberto pela lei n. 125 de 22 de Dezembro de 1894, foram pagas outras despezas de exercicios anteriores.

São estas as informações que posso prestar a V. Ex. sobre os negocios affectos á Secretaria de Obras Publicas. Concluindo prevaleço-me do ensejo para apresentar a V. Ex. com a minha estima de compatriota, a segurança do meu mais elevado apreço e subida consideração.

Curityba, 28 de Outubro de 1893, 7ª da Republica.

João Baptista da Costa Carvalho Filho





ANNEXOS

RELAÇÃO dos autos de medição de posses que, tendo sido approvadas, não foram solicitados os competentes títulos:

N.º DE ORDEM	NOMES	MUNICIPIOS	DATA DA APPROVAÇÃO	AREAS (metros quadrados)	QUADRADOS DE LIT. M. DE DELTAO	SERVIDOS E REMOBILIMENTOS	OBSERVAÇÕES
1	Antonio Malaquias	Lapa	8 de Novembro de 1875	894.700	4	26\$500	
2	Anna Gomes	Palmeira.	25 de Setembro de 1877	1.395.060	1	26\$500	
3	Florentino da Silva	"	"	48.562.170	40	241\$000	
4	Francisco Ignacio de Lorena e outros	Rio Negro	23 de Julho de 1883	1.468.000	4	26\$500	
5	Manoel Lemes Machado	Lapa	12 de " de 1869	9.893.700	8	70\$000	
6	Serafim Fernandes Bueno.	S. José dos Pinhães.	13 de Setembro de 1876	355.848.690	294	1.643\$500	
7	Virgílio Vieira Belem e outros	Antonina.	29 de Março de 1889	46.983.593	38	235\$500	
8	Cyríaco Ferreira Araúns e outros	"	"	1.615.259.400	4.134	7.393\$500	
9	José Antunes Rodrigues	Tibagy	30 de Dezembro de 1893	161.760.000	133	759\$000	
10	José Pereira Vidal	Thomazina	"	120.385.917	99	571\$000	
11	Pedro Lustosa de Siqueira.	Palmas	9 de Março de 1895				
						10:983\$000	

Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, 2ª Secção em 28 de Outubro de 1895.

O Chefe—Evaristo Martins Franco.



RELAÇÃO das posses legitimadas e cujos títulos foram passados pela Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, de 3 de Novembro de 1894 á 28 de Outubro do corrente anno. (1895)

N.º DE ORDEM	NOMES	MUNICIPIOS	DATA DA APPROVAÇÃO	AREAS (metros quadrados)	AREAS (metros quadrados)	IMPORTANCIA RECOLHIDA À SECRETARIA DE FINANÇAS
1	Manoel José da Rocha e Miguel Custodio Natel	Palmeira	3 de Novembro 1894	2.277.300	120\$000	
2	José Irias d'Almeida	União da Victoria	"	40.147.810	65\$000	
3	Coronel Joaquim Antonio de Loyola	S. Jeronymo	13 "	185.567.396	56\$000	
4	Francisco de Paula Casilho	União da Victoria	31 de Janeiro 895	165.386.185	769\$000	
5	João Beker e João Beker Filho	Rio Negro	6 de Fevereiro "	6.990.585	717\$500	
6	João Baptista de Siqueira e Felipe Picksius.	"	"	8.815.717	940\$000	
7	Antonio Ferreira dos Santos e outros	Palmas	18 "	444.590.082	2:039\$500	
8	Anna Ferreira de Jezus	"	20 "	60.197.387	31\$810	
9	Marcelino José da Costa	S. José da Boa Vista	5 de Março "	54.974.408	268\$500	
10	Pedro Ferreira Maciel (Sociedade Mineira)	S. João do Triumpho	5 de Abril "	104.689.388	488\$500	
11	José Pinheiro d'Oliveira	Palmas	9 "	175.063.032	813\$500	
12	José Rodrigues d'Oliveira	S. João do Triumpho	21 de Maio "	1.846.800	26\$500	
13	Orphãos de Manoel Antonio de Oliveira	"	"	1.233.900	26\$500	
14	Orphãos de José Rodrigues de Oliveira	"	"	1.298.250	26\$500	
15	Antonio Pinto da Fonseca.	S. José da Boa Vista	27 de Junho "	140.887.814	664\$500	
16	Francisco José dos Santos Souza	S. João do Triumpho	2 de Julho "	5.949.544	48\$500	
17	Ruffino d'Oliveira Sá Ribas	Palmas	10 de Agosto "	239.362.850	1.110\$000	
18	Manoel Pereira do Valle	Guarapuava.	12 "	75.863.745	367\$500	
19	João Francisco Gonsalves	S. João do Triumpho	14 de Setembro "	1.230.692	26\$500	
20	Gabriel Narciso Bello e outros	"	28 "	2.247.750	26\$500	
21	José dos Santos Martins e outros	Imbituva	25 de Outubro "	202.582.800	939\$500	
					40.072\$310	

Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, 2ª Secção em 28 de Outubro de 1895.

O Chefe—Evaristo Martins Franco.

RELAÇÃO dos autos de medição e legitimação de posses de terras que se acham em andamento :



N.º DE ORDEM	NOMES
1	Pedro Ferreira dos Santos
2	Maria Izabel d'Andrade e Campolim d'Aranjo Flores
3	Thomaz Antonio d'Oliveira
4	José Lemes da Costa Sobrinho
5	Camara Municipal da União da Victoria
6	Domingos Machado
7	Pedro Backer
8	Mathias Arnoskonsky
9	Raymundo de Andrade e outros
10	Evaristo Pinto Martins
11	Augusto de M. Jorge
12	Feliciano Ribeiro
13	Bibiano José Maynard.
14	Joaquim José Carneiro
15	Herdeiros de Reginaldo Pedroso
16	Antonio Mendes Gonsalves
17	Jorge Salvador Soares
18	Salvador Baptista Ribeiro
19	José David
20	Serafim Luiz d'Andrade
21	Filippe Hack
22	Herdeiros de Manoel de Paula Teixeira
23	José Antonio de Deus
24	João Egmidio de Paula
25	Damaso Xavier Paes
26	José Bauer Filho
27	Anthero Ferreira Pinto
28	Elias Ferreira Pacheco
29	Sansão Antonio Carneiro
30	Nicolan Samer
31	Thomaz Becker
32	Joaquim Antonio d'Oliveira
33	Sansão Antonio Carneiro e outros
34	Francisco Antonio da Silva
35	Pedro Monteiro
36	José Franco de Godoy
37	Manoel Fernandes do Nascimento
38	Norberto de Moraes Cunha
39	Antonio dos Anjos Cardoso
40	Francisco de Assis Araujo Pimpão
41	Antonio Ferreira Pacheco
42	Pedro Ferreira Pacheco

Secretaria d'Estado dos Negocios de Obras Publicas e Colonisação, 2ª Secção em 28 de Outubro de 1895.

O Chefe—Evaristo Martins Franco.